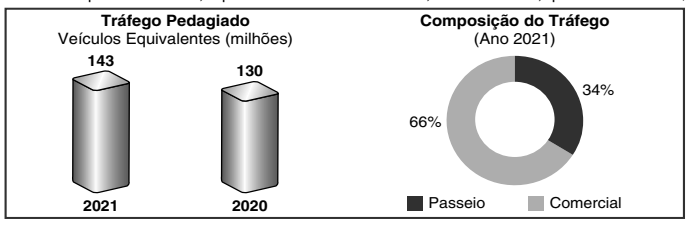
arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

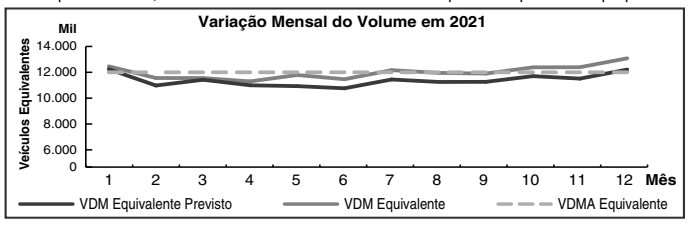
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Litoral Sul. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Litoral Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 356,9 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em julho de 2021 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 10 de julho de 2021, a tarifa de veículos de passeio passou de R$3,90 para R$4,10 e para as de para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros. Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 143,2 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 9,8% superior aos 130,4 milhões registrados em 2020. A variação deve-se aos efeitos do cenário da pandemia do COVID-19, no período houve aumento do fluxo de veículos pesados, impactados pelo crescimento no setor de *E-commerce* e retomada gradativa da economia. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$1.329,5 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 81,7% sobre 2020, quando totalizou R$731,8 milhões.



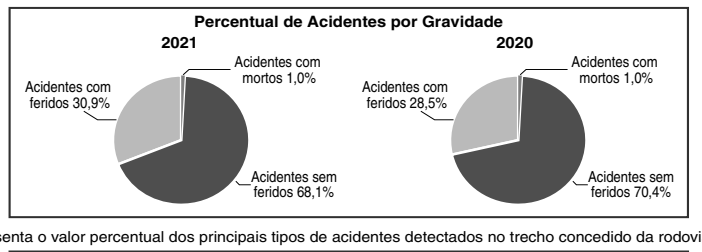
A receita de pedágio registrou R$573,1 milhões em 2021, um aumento de 52,2% em relação à 2020, quando totalizou R$376,6 milhões. A variação positiva acompanhou a recuperação no fluxo de veículos nos últimos meses do ano, decorrente da estabilização da pandemia e retomada da economia, adicionado ao aumento na tarifa de básica de pedágio ocorrida no segundo semestre de 2021, o que também contribuiu significativamente no acréscimo da receita. A receita de obras registrou R$750,3 milhões em 2021, contra R$350,3 milhões registrada em 2020, representando uma variação de 114,2%. A variação é devido ao volume de obras realizadas em 2021, com destaque principal para as seguintes obras: Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R$6 milhões em 2021, o que representa 0,5% da receita bruta. **Investimentos:** O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2021 foi de R$893,2 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R$398,8 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R$ 1,3 bilhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos – R$ milhões		
	2021	**2020**	**%**
Ampliação da Rodovia	713.893	293.323	143,4%
Construção de Viaduto	4.936	2.800	76,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	174.418	102.690	69,8%
Total	**893.247**	**398.813**	

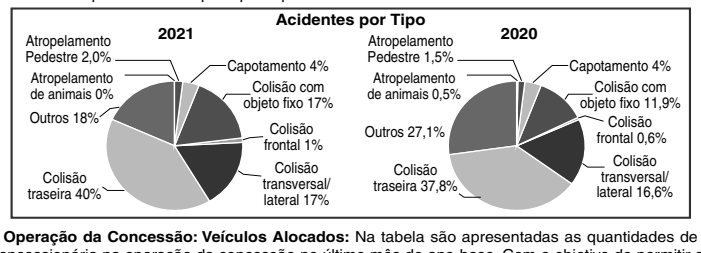
O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014. Atualmente estão em andamento as obras nos Trechos Norte, Intermediário e Sul. Os Trecho Norte e Trecho Intermediário contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 193+400 e km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído, 13 passagens de nível sendo que destas 8 estão em andamento e 4 estão concluídas, somando-se a isto o Túnel 4 no km 207. Os seguimentos do Trecho Sul A e B encontram-se em obras sendo inicias as obras dos túneis 1, 2 e 3, os seguimentos de tronco Sul A e Sul B, com extensão de com extensão de 8,02km e 5,01km respectivamente, bem como as intersecções da BR-282 e 101, 07 passagens de nível e um viaduto no km 225+163. Em 2021, a Concessionária concluiu a Ampliação de Capacidade na Grande Florianópolis entre os km 215 e 200 na pista norte e a implantação da Rua Lateral 136N com a conclusão da Obra de Arte Especial sobre o Rio Camboriu km 136. Concluiu também o Alargamento, Reforma e Reforço de 02 Obras de Arte Especiais, sobre o Rio Itapocu km 080 e Viaduto Linha Férrea. Além de 03 outras obras em andamento, Passarela km 007 e Obras de Artes Especiais sobre o Rio Maruim km 211 e Rio Passa Vinte km 214, ambas na pista norte. Além da recuperação de 13 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia. **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu no exercício de 2021, um total de R$2 bilhões oriundos de recursos captados através da 10ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas em outubro, em duas séries, sendo a primeira série totalizando R$1.754 milhões com vencimento final em outubro de 2031, remunerada pelo IPCA + 5,86% a.a., já a segunda série totaliza o valor de R$ 246 milhões e vencimento final em outubro de 2028, remunerada pelo CDI + 1,55% a.a. **Valor Adicionado:** Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R$420,2 milhões, representando 31,6% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 181,4% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R$149,3 milhões representando 20,4% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2021, a Concessionária investiu R$159 mil (R$72 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais: a) Caracterização do Tráfego: Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/356,96km
Viatura de Inspeção	11	4,35
Vigilância Patrimonial	2	0,79
Guincho Leve	14	5,53
Guincho Pesado	6	2,37
Guincho PIPA	3	1,19
AC – Ambulância Stand	10	3,95
AD – Ambulância UTI	4	1,58
Caminhão Operacional	1	0,40
Mini pá carregadeira	2	0,79
Moto	2	0,79
Total de veículos operacionais	**55**	**21,73**
Administração	68	26,86
Bases e Pedágios	6	2,37
Picape	4	1,58
Segurança de trabalho	4	1,58
Manutenção	4	1,58
Total de veículos de apoio	**86**	**33,97**
Total de veículos	**141**	**55,70**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA DE CCA JR	2	0,14
ANALISTA DE ENGENHARIA JR (FAIXA DOM.)	2	0,14
ANALISTA DE ENGENHARIA PL (FAIXA DOM.)	2	0,14
ANALISTA DE TRAFEGO JR	2	0,14
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,07
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2	0,14
ASSISTENTE DE CCA	2	0,14
ASSISTENTE DE CCO	1	0,07
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II (FAIXA DOM.)	3	0,21
AUXILIAR DE TRAFEGO	9	0,63
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,07
ENFERMEIRO	27	1,88
INSPETOR DE TRAFEGO	50	3,49
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	4	0,28
MÉDICO	26	1,81
OPERADOR DE BALANCA	31	2,16
OPERADOR DE CCA	13	0,91
OPERADOR DE CCO	18	1,26
OPERADOR DE GUINCHO	67	4,68
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	29	2,02
OPERADOR DE PIPA	7	0,49
SOCORRISTA	149	10,40
SUPERVISOR DE TRAFEGO	2	0,14
Total Tráfego	**450**	**31,41**
OPERADOR DE PEDAGIO	246	17,17
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	20	1,40
Total Arrecadação	**266**	**18,57**
TOTAL GERAL	**716**	**49,98**

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R$ mil)

Receita	Em 2021	Acumulada
	1.329.453	7.225.772

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R$ mil)

Investimentos	Em 2021	Acumulada
	893.247	4.709.889

Custos Operacionais (em R$ mil)

Custos Operacionais	Em 2021	Acumulada
	1.037.148	6.096.881

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R$924,8 milhões em 2021, ante R$550,4 milhões em 2020, aumento de 168%. A maior parte desta variação refere-se a custo dos serviços de construção, que acompanham o volume de obras da Sociedade. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R$132,9 milhões em 2021, um aumento de 1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$130,8 milhões. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R$ mil)

ISS	Em 2021	Acumulada
	42.472	262.933

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R$ mil)

	2021	2020	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.278,6**	**699,0**	**82,9%**
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(924,8)	(550,5)	68,0%
EBITDA [1]	**353,8**	**148,6**	**138,1%**
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(41,5)	(69,4)	-40,2%
EBITDA Ajustado [2]	**395,3**	**217,9**	**81,4%**

[1] EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

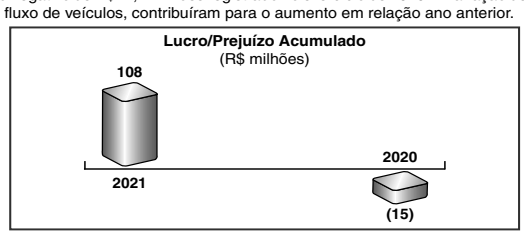
[2] Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	Var%
Dívida Bruta	**1.969,1**	**431,2**	**356,6%**
Curto Prazo	(4,7)	83,9	-105,6%
Longo Prazo	1.973,7	347,3	468,3%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa	956,8	17,3	5440,4%
Aplicações financeiras vinculadas [1]	31,6	31,2	1,3%
Dívida Líquida	**1.012,3**	**413,9**	144,6%

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro Líquido: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com um lucro líquido de R$107,7 milhões, um aumento de R$122,4 milhões frente ao resultado negativo de R$14,7 milhões registrado no exercício de 2020. A variação deve-se a melhora na receita de pedágio e aumento do fluxo de veículos, contribuíram para o aumento em relação ano anterior.



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2021 (em R$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	R$ 4,10	R$ 8,20	R$ 6,15	R$ 12,30	R$ 8,20	R$ 16,40	R$ 20,50	R$ 24,60	R$ 2,05
Garuva – P2	Bidirecional	R$ 4,10	R$ 8,20	R$ 6,15	R$ 12,30	R$ 8,20	R$ 16,40	R$ 20,50	R$ 24,60	R$ 2,05
Araquari – P3	Bidirecional	R$ 4,10	R$ 8,20	R$ 6,15	R$ 12,30	R$ 8,20	R$ 16,40	R$ 20,50	R$ 24,60	R$ 2,05
Porto Belo – P4	Bidirecional	R$ 4,10	R$ 8,20	R$ 6,15	R$ 12,30	R$ 8,20	R$ 16,40	R$ 20,50	R$ 24,60	R$ 2,05
Palhoça – P5	Bidirecional	R$ 4,10	R$ 8,20	R$ 6,15	R$ 12,30	R$ 8,20	R$ 16,40	R$ 20,50	R$ 24,60	R$ 2,05

Concessionária em números

Tabela – Rodovias			
Dados anuais e por empresa	**Unidade de medida ou comentário**		
Quilômetros de rodovia	356,96 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	46.694.247	66%
	CAT-02	4.779.248	7%
	CAT-03	376.012	1%
	CAT-04	4.246.320	6%
	CAT-05	57.802	0%
	CAT-06	3.635.163	5%
	CAT-07	2.567.235	4%
	CAT-08	6.877.384	10%
	CAT-09	1.677.184	2%
	Total	70.910.595	100%

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação do Relatório da Administração

Número de praças de pedágios	5 praças de pedágio:

Tarifa

Tabela De Categorias			
Valor Da Tarifa = 4,10			
Descrição	Eixos	Categorias Litoral Sul	Tarifa Básica
Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	4,1
Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	8,2
Automóvel semi-reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	6,15
Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	12,3
Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	8,2
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	16,4
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	20,5
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	24,6
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	2,05

Número de quilômetros mantidos

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
Total		**356,96**	**713,92**

Índice de congestionamento

Rodovia	Nível de serviço
BR 101/SC	Nível D
BR 376/PR	Nível D
BR 116/PR	Nível C

Trânsito Médio Diário Equivalente

Mês	Média diária
Jan	407.471
Fev	402.611
Mar	363.387
Abr	362.694
Mai	374.951
Jun	371.072
Jul	393.247
Ago	382.782
Set	393.042
Out	403.771
Nov	417.746
Dez	437.648

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente 392.535

Equipes utilizadas pelo concessionário

Administrativo
Jurídico
Comunicação
Meio Ambiente
Centro de Controle Operacional
Arrecadação
Conservação (engenharia)
Pavimentação (engenharia)
Obras (engenharia)
Projetos (engenharia)
Manutenção Tecnológica (rodovia)
Faixa de Domínio
Segurança do Trabalho
Tráfego

Índices de qualidade de estrada

Rodovia: BR-101/SC		
Parâmetro	ANO 14	
	Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
Rodovia: BR-101/SC PAULO LOPES		
Parâmetro	ANO 14	
	Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
Rodovia: BR-116/PR		
Parâmetro	ANO 14	
	Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
Rodovia: BR-376/PR		
Parâmetro	ANO 14	
	Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%

Receita de pedágio	573.096		
Custos associados às receitas de pedágio	1.037.148		
Fator Trabalho			
Número de Trabalhadores	781		
Despesas de Pessoal	45.760		
Fator Capital			
Despesas de Depreciação	Método Linear		
Ativo Líquido	956.769		
Ativo Bruto	5.187.933		
Série Histórica dos Investimentos	4.709.889		
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado		
Fatores Intermediários			
Despesas em Administração	14.271		
Despesas em Manutenção	1.650		
Outras Despesas	–		
Seguridade			
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	6.162	
	Com vítimas feridas	2.795	
	Com vítimas fatais	95	
Indicadores			
Receita por KM	3.724		
Custo por KM	2.906		

Balanço Social

	2021			2020		
1 – Base de cáculo						
Faturamento Bruto	1.329.453			731.821		
Receita líquida (RL)	1.278.561			699.025		
Resultado operacional (RO)	138.997			-22.233		
Folha de pagamento bruta (FPB)	22.408			18.731		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	22.408			18.731		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 – Indicadores sociais internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	4.034	18%	0%	3.811	20%	1%
Encargos Sociais	8.282	37%	1%	7.327	39%	1%
Previdência privada	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde	3.675	16%	0%	2.859	15%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	408	2%	0%	405	2%	0%
Educação	16	0%	0%	35	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	159	1%	0%	72	0%	0%
Creches ou auxílio creche	322	1%	0%	333	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.463	11%	0%	1.262	7%	0%
Outros	189	1%	0%	159	1%	0%
Total – Indicadores sociais internos	19.548	87%	2%	16.263	87%	2%
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	84	0%	0%	49	0%	0%
Cultura	331	1%	0%	–	0%	0%
Saúde e saneamento	–	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	83	0%	0%	–	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	95	0%	0%	–	0%	0%
Outros (COVID – SAUDE)	54	0%	0%	–	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	647	3%	0%	49	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	70.543	315%	6%	34.073	182%	5%
Total – Indicadores sociais externos	71.190	318%	6%	34.122	182%	5%

4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	431	2%	0%	379	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	431	2%	0%	379	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	781			730		
Tempo de serviço	14%	até seis meses		28%	até seis meses	
	13%	de seis meses a um ano		8%	de seis meses a um ano	
	32%	entre um e dois anos		20%	entre um e dois anos	
	27%	entre dois e cinco anos		23%	entre dois e cinco anos	
	14%	mais de cinco anos		21%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	213			295		
Nº de demissões durante o período	251			206		
Nº de colaboradores terceirizados	5158			1891		
N º de estagiários (as)	2			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	15			29		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	159			225		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	502			377		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	105			99		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	348			443		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,29%			0%		
Remuneração paga a mulheres no período	8.951			10.245		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	11			15		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	25			33		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	62.431			89.684		
Total de horas extras pagas (valor)	1.063			1.353		
Total de INSS pagos	9.004			9.145		
Total de FGTS pago	2.734			1.875		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		
Totals dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	2.843			2.071		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	13.935			1.080		
Total de CSLL recolhido do período	5.861			402		
Total de PIS recolhidos no período	3.688			2.401		
Total de COFINS recolhidos no período	17.022			11.083		
Total de outros tributos recolhidos no período	28.387			18.224		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	39,74			38,79		
Número total de acidentes de trabalho	3			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores			() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA			() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA		
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos oclaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT			() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica			() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores			() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos			() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva			() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 9% na Justiça			25% no PROCON 3% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir	443.109			151.549		
Distribuição do Valor Adicionado	18%	Governo		17%	Governo	
	45%	Acionistas		28%	Acionistas	
	10%	Colaboradores		25%	Colaboradores	
	26%	Terceiros		29%	Terceiros	
	0%	Retidos		0%	Retidos	

Demais assuntos: a) Responsabilidade Social e Ambiental: Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa. Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda *ESG* (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas. Base do plano estratégico da companhia, a Agenda *ESG* está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento. Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda *ESG* da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias *LED* em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias. Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década. Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta. Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período. Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice "zero" de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção. Nesta frente, destaca-se a inauguração de 15,6 quilômetros no sentido norte da terceira faixa da Litoral Sul (BR-101), entre os municípios catarinenses de Biguaçu e Palhoça, uma região de tráfego intenso e sensível a acidentes que, em janeiro de 2022, um mês após a entrega completa da obra, já registrou queda de 51% no número de acidentes. Destaca-se também a entrega da nova ponte sobre o Rio Camboriú (km 135/marginal norte da BR-101/SC), em junho de 2021, que possibilita a ligação entre duas importantes regiões da cidade (bairros Barra e Centro) por meio da via marginal – sem a necessidade de trânsito pela pista principal da rodovia, contribuindo para a trafegabilidade, e, consequentemente, para a segurança viária da região. Nos primeiros 6 meses, houve uma redução de 43% no número de acidentes do tipo engarrafamento e colisão traseira. Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020). Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda *ESG* na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão. Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio. Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda *ESG*. **b) Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

São José dos Pinhais, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	777.863	10.962
Aplicações financeiras	5	178.907	6.307
Contas a receber	6	30.809	23.044
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	17	4.230	989
Impostos a recuperar		5.766	3.645
Despesas antecipadas		5.590	1.589
Adiantamento a fornecedores		803	–
Outros créditos		702	1.120
Total dos ativos circulantes		1.004.670	47.656
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	31.604	31.212
Despesas antecipadas		4.110	3.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	93.502	103.717
Depósitos judiciais	19.a	61.526	61.744
Outras contas a receber	6	712	360
Realizável a longo prazo		191.454	200.363
Direito de uso em arrendamento	9	15.840	20.622
Imobilizado	10	13.341	9.694
Intangível	11	1.643.870	1.512.177
Infraestrutura em construção	11	2.318.758	1.691.667
		3.991.809	3.234.160
Total dos ativos não circulantes		4.183.263	3.434.523
Total do Ativo		5.187.933	3.482.179

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Financiamentos	13	–	81.830
Debêntures	14	(8.416)	–
Risco sacado	12	3.720	2.073
Fornecedores	15	48.963	25.011
Arrendamento mercantil a pagar	16	4.968	5.365
Obrigações sociais		12.184	8.757
Obrigações fiscais		22.799	6.916
Imposto de renda e contribuição social a pagar		801	2.713
Contas a pagar – partes relacionadas	17	5.328	15.648
Cauções contratuais	15	31.354	25.693
Taxa de fiscalização		1.118	1.069
Provisão para manutenção em rodovias	19.b	56.840	68.501
Provisão para investimentos em rodovias	19.c	272	–
Juros sobre capital próprio	17	27.416	–
Outras contas a pagar		64.437	9.609
Total dos passivos circulantes		271.784	253.185
Não Circulante			
Financiamentos	13	–	347.294
Empréstimos – partes relacionadas	17	1.552.156	1.574.579
Debêntures	14	1.973.749	–
Arrendamento mercantil a pagar	16	11.879	15.476
Obrigações fiscais		24.315	26.514
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19.a	13.319	13.218
Provisão para manutenção em rodovias	19.b	52.424	56.431
Provisão para investimentos em rodovias	19.c	26.534	24.997
Total dos passivos não circulantes		3.654.376	2.058.509
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	1.378.496	1.347.796
Prejuízos acumulados		(116.723)	(177.311)
Total do patrimônio líquido		1.261.773	1.170.485
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.187.933	3.482.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.497.996	(180.200)	1.317.796	(162.596)	1.155.200
Prejuízo do exercício		–	–	–	(14.715)	(14.715)
Aumento de capital		–	30.000	30.000	–	30.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.497.996	(150.200)	1.347.796	(177.311)	1.170.485
Lucro(prejuízo) do exercício		–	–	–	107.697	107.697
Integralização de capital		–	30.700	30.700	–	30.700
Juros sobre capital próprio		–	–	–	(47.109)	(47.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20	1.497.996	(119.500)	1.378.496	(116.723)	1.261.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro(prejuízo) líquido do exercício		107.697	(14.715)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	22	141.456	126.701
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos	10 e 11	1	–
Baixa de ativos por direito de uso (CPC 06 (R2))	9	23	13.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	10.215	(11.855)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.334)	(711)
Juros e variações monetárias sobre mútuos		60.868	24.020
Juros e variações monetárias de empréstimos	13	2.259	8.827
Juros e variações monetárias de debêntures	14	7.384	–
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	23	9.243	8.265
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19a.	4.396	5.298
Atualização monetária de provisão para riscos regulatórios	19a.	529	3.160
Constituição de provisão para manutenção	19.b	41.505	69.370
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(8.295)	(7.077)
Contas a receber – partes relacionadas		(3.241)	(987)
Despesas antecipadas		(4.781)	1.789
Impostos a recuperar		(1.504)	2.214
Outros créditos		418	(65)
Depósitos judiciais		2.557	(25)
Outras contas a receber		178	–
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(18.718)	(4.468)
Fornecedores – partes relacionadas		(6.347)	8.480
Cauções contratuais de fornecedores		(5.488)	(2.232)
Obrigações sociais		3.427	1.113
Obrigações fiscais		(28.284)	(561)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.059)	(1.482)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(4.824)	(3.837)
Taxa de Fiscalização		49	43
Custo de transação – financiamento		(74.952)	776
Pagamento de juros		(42.759)	(15.570)
Outras contas a pagar		54.828	(1.350)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		226.447	208.972
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado		(4.573)	(6.895)
Aquisições de itens do intangível		(759.335)	(400.461)
Aplicação financeira vinculada	8	(529)	(3.106)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	8	854	923
Aplicação financeira	5	(172.600)	621
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(936.183)	(408.918)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	12	22.022	16.996
Pagamento risco sacado	12	(20.353)	(18.208)
Pagamento de arrendamento mercantil		(6.177)	(23.124)
Pagamento de financiamentos – principal	13	(436.928)	(35.800)
Captações de empréstimos – empresas ligadas	17	65.150	233.700
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal		(165.150)	–
Emissão de dêbentures		2.550.000	–
Pagamentos debêntures – principal		(550.000)	–
Distribuição juros sobre capital próprio		(12.627)	–
Integraligração de capital	20	30.700	30.000
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		1.476.637	203.564
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		766.901	3.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.962	7.344
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		777.863	10.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo(lucro) exercício líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	1.278.561	699.025
Custo dos serviços prestados	22	(1.037.148)	(647.515)
Lucro bruto		241.413	51.510
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(30.184)	(30.844)
Tributárias		2	–
Outras receitas operacionais, líquidas		1.079	1.183
		(29.103)	(29.661)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		212.310	21.849
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	23.024	2.346
Despesas financeiras	23	(96.265)	(46.310)
Variação cambial, líquida	23	(72)	(118)
		(73.313)	(44.082)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		138.997	(22.233)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	7	(21.085)	(4.337)
Diferidos	7	(10.215)	11.855
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		107.697	(14.715)
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído – R$	25	0,0752	(0,0103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	107.697	(14.715)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	107.697	(14.715)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Prestação de serviços	21	573.096	376.632
Receita dos serviços de construção	21	750.329	350.289
Outras receitas		7.106	6.078
Juros capitalizados		111.605	55.755
		1.442.136	788.754
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	22	(40.852)	(44.831)
Custo dos serviços de construção	22	(750.329)	(350.289)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(23.021)	(23.600)
Custo da concessão		(15.781)	(15.366)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(41.505)	(69.370)
Outros		(9.035)	(9.276)
		(880.523)	(512.732)
Valor adicionado bruto		561.613	276.022
Depreciações e amortizações	22	(141.456)	(126.701)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		420.157	149.321
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	23	23.024	2.346
Outros	23	(72)	(118)
		22.952	2.228
Valor adicionado total a distribuir		443.109	151.549
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		35.567	29.603
Benefícios		8.236	7.143
FGTS		1.956	1.879
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		52.937	6.169
Municipais		28.991	19.098
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		9.643	8.827
Juros capitalizados BNDES		21.166	22.052
Juros capitalizados Debentures		59.176	–
Aluguéis		390	524
Outras		25.219	13.246
Remuneração de capitais próprios:			
Juros – debêntures privadas e mútuos		60.868	24.020
Juros capitalizados sobre mútuos		31.263	33.703
Lucro do exercício		107.697	(14.715)
		443.109	151.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade" ou "Autopista Litoral Sul") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Autopista Litoral Sul tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR – 101/km 220-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceiras faixa. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$71.735 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$1.681.256 (R$1.260.804 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$566.893 (R$576.016 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2021 estas obras estão estimadas em R$453.129 (R$101.757 em 31 de dezembro de 2020), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: i. Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreu mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo: **Covid – 19:** Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados. Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras. A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos – Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS – Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema "S" na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades – Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda. Em 07 de maio de 2021 o Grupo Arteris aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 tiveram seus vencimentos postergados e foram depositados a partir de setembro a dezembro de 2021. Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas e a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adota-

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

das que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº11. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Sociedade reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável *(Impairment)*: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: .No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: **(a) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 4.4 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. 4.8 Custos de empréstimos Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32); (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (e) Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26); (g) Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas CPC 2018-2020; (i) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (j) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	2.853	4.259
Aplicações financeiras (*)	775.010	6.703
Total	777.863	10.962
Aplicações financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fundos de investimentos (**)	178.907	6.307
Total	178.907	6.307

* As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

** Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,30% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (84,40% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	29.245	–	21.381	–
Cupons de pedágio a receber	871	–	891	–
Cartões de pedágio a receber	251	–	201	–
Receitas acessórias a receber (a)	413	530	162	177
Outras receitas a receber	29	182	409	183
Total	30.809	712	23.044	360

(a) Receitas acessórias, principalmente dos contratos de oleodutos, gasodutos e derivados referente ao uso da faixa de domínio.

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Cronograma de recebimento:	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	30.484	712	22.628	360
Créditos vencidos até 60 dias	325	–	175	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	1	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	–	–	240	–
	30.809	712	23.044	360

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	138.997	(22.233)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(47.259)	7.559
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	16.017	–
Outras diferenças permanentes	(58)	(41)
Total	(31.300)	7.518
Imposto contabilizado	(31.300)	7.518
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(21.085)	(4.337)
Diferido	(10.215)	11.855
	(31.300)	7.518
Alíquota efetiva de impostos	(23%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	211.492	238.520
Provisão de participação nos lucros	4.087	2.192
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	13.319	13.218
Outras provisões	2.136	1.573
Provisão para manutenção de rodovias	109.264	124.932
Amortização acumulada de obras futuras	393	(1.139)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.693	2.168
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(27)	(5)
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	989	220
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	345.346	381.679
Alíquota nominal	34%	34%
Total	117.418	129.771
Diferenças temporárias passivas		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	43.861	37.572
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(29)	(29)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(70.341)	(76.630)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(23.916)	(26.054)
Base do imposto de renda e contribuição social	93.502	103.717
Movimentos de resultados representados por:		
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	(27.028)	(5.595)
Provisão de participação nos lucros	1.895	(553)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	101	4.621
Outras provisões	563	(793)
Provisão para manutenção de rodovias	(15.668)	28.433
Amortização acumulada de obras futuras	1.532	1.514
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.525	1.497
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(22)	39
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	769	(582)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	6.289	6.291
Amortização estorno de capitalização de juros	–	(5)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(30.044)	34.867
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(10.215)	11.855
Total do imposto de renda e contribuição social	(10.215)	11.855

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2025	3.424
2026	13.696
2027	13.696
Após 2027	41.091
	71.907

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações: BNDES: A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 40% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$31.604 (R$31.212 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 95,00% a.a. da variação do CDI (86,20% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

Custo direito de uso	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Saldo em 31/12/2020	17.018	3.300	829	989	145	1.217	2	23.500
Remensuração	–	111	–	–	6	25	–	142
Adições/Reversões	1.348	141	34	209	6	(770)	(2)	966
Baixas	–	–	–	(958)	–	(57)	–	(1.015)
Saldo em 31/12/2021	18.366	3.552	863	240	157	415	–	23.593
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2020	(283)	(1.559)	(92)	(719)	(21)	(202)	(2)	(2.878)
Amortização	(3.520)	(1.344)	(566)	(362)	(11)	(66)	2	(5.867)
Baixa	–	–	–	992	–	–	–	992
Saldo em 31/12/2021	(3.803)	(2.903)	(658)	(89)	(32)	(268)	–	(7.753)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	–	20.622
Saldo em 31/12/2021	14.563	649	205	151	125	147	–	15.840
Taxas de amortização – a.a.	20%	33%	66%	38%	7%	41%	0%	

Custo direito de uso	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Saldo em 31/12/2019	24.098	4.041	855	989	687	502	462	31.634
Adições	17.017	–	1.118	–	–	1.468	77	19.680
Baixas	(24.097)	(741)	(1.144)	–	(542)	(753)	(537)	(27.814)
Saldo em 31/12/2020	17.018	3.300	829	989	145	1.217	2	23.500
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2019	(5.355)	(1.256)	(570)	(360)	(332)	(464)	(358)	(8.695)
Amortização	(5.192)	(1.026)	(666)	(359)	(231)	(491)	(181)	(8.146)
Baixa	10.264	723	1.144	–	542	753	537	13.963
Saldo em 31/12/2020	(283)	(1.559)	(92)	(719)	(21)	(202)	(2)	(2.878)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2019	18.743	2.785	285	629	355	38	104	22.939
Saldo em 31/12/2020	16.735	1.741	737	270	124	1.015	–	20.622
Taxas de amortização – a.a.	9%	15%	24%	18%	28%	15%	31%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a veículos administrativos.
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos. (g) Refere se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

10. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento (a)	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2020	1.110	3.247	836	330	2.436	329	6.268	14.556
Adições	42	1.210	–	–	1.566	–	1.755	4.573
Transferências/reclassificações(*)	–	–	–	–	–	–	11	11
Alienações/baixas	(10)	–	–	–	–	–	–	(10)
Saldo em 31/12/2021	1.142	4.457	836	330	4.002	329	8.034	19.130
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2020	(914)	(1.446)	(695)	(301)	(1.290)	(216)	–	(4.862)
Depreciações	(56)	(582)	(73)	(44)	(181)	–	–	(936)
Transferências/reclassificações	–	–	–	25	–	(25)	–	–
Alienações/baixas	8	1	–	–	–	–	–	9
Saldo em 31/12/2021	(962)	(2.027)	(768)	(320)	(1.471)	(241)	–	(5.789)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Saldo em 31/12/2021	180	2.430	68	10	2.531	88	8.034	13.341
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(*) O saldo total de adiantamento a fornecedores transferido do intangível para o imobilizado.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2019	1.103	2.503	798	330	2.384	329	2	7.449
Adições	7	744	38	–	52	–	6.054	6.895
Transferências/ reclassificações	–	–	–	–	–	–	212	212
Saldo em 31/12/2020	1.110	3.247	836	330	2.436	329	6.268	14.556
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2019	(840)	(1.016)	(561)	(255)	(1.099)	(202)	–	(3.973)
Depreciações	(74)	(430)	(134)	(46)	(191)	(14)	–	(889)
Saldo em 31/12/2020	(914)	(1.446)	(695)	(301)	(1.290)	(216)	–	(4.862)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2019	263	1.487	237	75	1.285	127	2	3.476
Saldo em 31/12/2020	196	1.801	141	29	1.146	113	6.268	9.694
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

(a) Imobilizado em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento da Regional Sul, onde está localizada a nova sede da Sociedade. A expectativa é que estas obras sejam concluídas durante o exercício de 2022, com a mobilização total do Centro de Controle Operacional – CCO.

11. Intangível e Infraestrutura em construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores (*)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2020	2.108.506	8.555	12.981	2.130.042	1.691.667	3.821.709
Adições	146.803	883	70.766	218.452	674.996	893.448
Transferências/reclassificações (*)	87.431	–	(39.537)	47.894	(47.905)	(11)
Saldo em 31/12/2021	2.342.740	9.438	44.210	2.396.388	2.318.758	4.715.146
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2020	(611.080)	(6.785)	–	(617.865)	–	(617.865)
Amortizações	(134.070)	(583)	–	(134.653)	–	(134.653)
Saldo em 31/12/2021	(745.150)	(7.368)	–	(752.518)	–	(752.518)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2020	1.497.426	1.770	12.981	1.512.177	1.691.667	3.203.844
Saldo em 31/12/2021	1.597.590	2.070	44.210	1.643.870	2.318.758	3.962.628
Taxas de amortização – a.a. (c)	5%	20%				

(*) O saldo total de adiantamento a fornecedores transferido para o imobilizado.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores (*)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2019	1.981.300	7.663	12.970	2.001.933	1.412.829	3.414.762
Adições	124.549	892	223	125.664	281.495	407.159
Transferências/reclassificações	2.657	–	(212)	2.445	(2.657)	(212)
Saldo em 31/12/2020	2.108.506	8.555	12.981	2.130.042	1.691.667	3.821.709
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2019	(494.090)	(6.109)	–	(500.199)	–	(500.199)
Amortizações	(116.990)	(676)	–	(117.666)	–	(117.666)
Saldo em 31/12/2020	(611.080)	(6.785)	–	(617.865)	–	(617.865)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2019	1.487.210	1.554	12.970	1.501.734	1.412.829	2.914.563
Saldo em 31/12/2020	1.497.426	1.770	12.981	1.512.177	1.691.667	3.203.844
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo como principal natureza a construção o Contorno de Florianópolis.

(c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R$111.605 (R$55.755 em 31 de dezembro de 2020) de custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo dos intangíveis e intangíveis em andamento. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 10,20% a.a. e em 2020 12,59% a.a., do total de juros anual provisionados no período. Análise de *impairment*: A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021 , e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

12. Risco Sacado – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$3.720 (R$2.073 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2021 Circulante	31/12/2020 Circulante
Saldo inicial	2.073	3.245
Captações/Renovações	22.022	16.996
Amortização de principal	(20.353)	(18.207)
AVP/Risco sacado	(22)	39
	3.720	2.073
Saldo final	3.720	2.073

13. Financiamentos – A composição dos financiamentos é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2021	31/12/2020
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	431.021
Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	2.868
					–	433.889
				Custo de transação	–	(4.765)
				Total Geral	–	429.124
				Circulante	–	81.830
				Não circulante	–	347.294
				Total	–	429.124

Estão representados por:

	31/12/2021			31/12/2020		
Moeda nacional	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	82.606	351.283	433.889	67.568	386.813	454.381
Juros provisionados	23.425	–	23.425	30.879	–	30.879
Amortização de principal	(436.928)	–	(436.928)	(35.801)	–	(35.801)
Pagamento de juros	(20.386)	–	(20.386)	(15.570)	–	(15.570)
Transferência	351.283	(351.283)	–	35.530	(35.530)	–
	–	–	–	82.606	351.283	433.889
Custo de transação	–	–	–	(776)	(3.989)	(4.765)
Saldo final	–	–	–	81.830	347.294	429.124

Em 12 de novembro de 2021, a Sociedade quitou o saldo de R$371.784 referente ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

14. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
10ª Emissão – 1ª Série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	1.795.787	–
10ª Emissão – 2ª Série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	249.263	–
				2.045.050	–
			Custo de transação	(79.717)	–
			Total	1.965.333	–
			Circulante	(8.416)	–
			Não circulante	1.973.749	–
			Total	1.965.333	–

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	–	–	–	–	–	–
Captações/Renovações	–	2.550.000	2.550.000	–	–	–
Juros provisionados	5.336	61.224	66.560	–	–	–
Amortização de principal	(550.000)	–	(550.000)	–	–	–
Pagamento de juros	(6.743)	(14.767)	(21.510)	–	–	–
Transferências	551.407	(551.407)	–	–	–	–
	–	2.045.050	2.045.050	–	–	–
Custo de transação	(8.416)	(71.301)	(79.717)	–	–	–
Saldo final	(8.416)	1.973.749	1.965.333	–	–	–

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
10ª Emissão – 1ª Série	15/10/2021	1.754.020	1.000	11/11/2021	1.754.020
10ª Emissão – 2ª Série	15/10/2021	245.980	1.000	11/11/2021	245.980
		2.000.000			2.000.000

Em 12 de novembro de 2021, a Sociedade quitou o saldo de R$556.743 referente a 9ª emissão de debêntures públicas, no valor nominal de R$550.000 com juros remuneratórios a 1,62% do CDI. Em 22 de outubro de 2021 foi aprovada a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária da concessionária Litoral Sul no valor de R$2.000.000. A 1ª série com emissão em novembro de 2021 no valor de R$ 1.754.020, será remunerada através de IPCA + 5,86% a.a. com vencimento em outubro de 2031 e a 2ª série no valor de R$ 245.980 com vencimento em outubro de 2028, será remunerada pelo CDI + 1,55% a.a. As debêntures da 10ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 10ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, o qual será acompanhado trimestralmente, for inferior a 1,2, não estiver sendo cumprido, ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. O ICSD será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

(i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a: 4,5 – entre 2021 e 2023; 4,0 – em 2024; 3,5 – em 2025; 3,0 – em 2026; 2,5 – em 2027; 2,0 – entre 2028 e 2029; 1,0 – entre 2030 e 2031. Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

15. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$48.963 (R$25.011 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$31.354 (R$25.693 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	5.365	15.476	20.841	6.809	16.932	23.741
Remensuração	–	6	6	–	–	–
Adições	(429)	1.531	1.102	4.465	15.214	19.679
Utilização(*)	(6.579)	–	(6.579)	(13.684)	(9.680)	(23.364)
Ajuste a valor presente – AVP	1.477	–	1.477	785	–	785
Transferência	5.134	(5.134)	–	6.990	(6.990)	–
	4.968	11.879	16.847	5.365	15.476	20.841

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$6.177 (R$23.124 em 31 de dezembro de 2020).

O potencial PIS/COFINS (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R$112 e R$517 para PIS e COFINS (R$36 e R$168 respectivamente para 31 de dezembro de 2020). A Sociedade revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020a taxa média é de 8,42% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Sociedade tem como base a taxa de crédito da companhia excluído o financiamento do BNDES. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	4.086
2024	4.098
2025	3.599
2026	13
Após 2026	83
	11.879

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R$ 5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R$ 5)
Veículos operacionais	–	–	225	–
	–	–	225	–

17. Partes Relacionadas – As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	2	–
Planalto Sul S.A. (a)	1.134	359
Régis Bittencourt S.A. (a)	3.090	630
ViaPaulista S.A. (a)	2	–
Contas a receber de partes relacionadas circulante	4.230	989
Total parte relacionada no ativo circulante	4.230	989
Passivo circulante	**30/12/2021**	**31/12/2020**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	5.319	5.459
Planalto Sul S.A. (a)	5	86
Régis Bittencourt S.A. (a)	4	127
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	–	9.976
Passivos com partes relacionadas circulante	5.328	15.648

	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora	27.416	–
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	27.416	–
Total do passivo circulante	32.744	15.648
Passivo não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (c)	676.154	644.116
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (b)	876.002	930.463
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.552.156	1.574.579
Total do passivo não circulante	1.552.156	1.574.579

	31/12/2021		31/12/2020	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
Contas de Resultado:				
Controladora				
Arteris S.A.	(92.131)	(9.835)	(57.723)	(16.961)
Juros Capitalizados (*)	31.263	–	33.703	–
Outras partes relacionadas				
Intervias S.A.	–	37	–	–
Planalto Sul S.A.	–	58	–	(110)
Régis Bittencourt S.A.	–	(209)	–	(892)
Total	(60.868)	(9.949)	(24.020)	(17.963)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

(a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.

(b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do "*spread*" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão; 1% para a 6ª, 7ª e 8ª emissão; e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2021 Valor do principal	31/12/2021 Juros	31/12/2020 Valor do principal	31/12/2020 Juros
01/04/2015	31/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	–	–	30.000	18.657
28/04/2015	31/12/2024	CDI + 1,50% a.a.	110.514	48.465	122.518	74.721
03/07/2015	31/12/2024	CDI + 1,50% a.a.	20.000	13.302	20.000	11.599
19/08/2015	31/12/2024	CDI + 1,50% a.a.	30.000	19.100	30.000	16.594
21/05/2018	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	280.000	37.299	280.000	23.108
19/11/2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	260.000	17.781	260.000	5.472
05/11/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	37.700	1.841	37.700	94
			738.214	137.788	780.218	150.245

(c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, conforme demostrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2021 Valor do principal	31/12/2021 Juros	31/12/2020 Valor do principal	31/12/2020 Juros
04/09/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	4.000	7.133	4.000	6.635
17/09/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	8.916	5.000	8.294
25/09/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	2.000	3.566	2.000	3.317
06/10/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	8.000	14.265	8.000	13.270
27/10/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	6.000	10.699	6.000	9.953
05/11/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	17.831	10.000	16.588
27/11/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	17.831	10.000	16.588
05/12/2008	01/12/2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	8.916	5.000	8.294
19/12/2008	01/12/2024	CDI + 1,04% a.a.	17.000	30.313	17.000	28.200
10/06/2013	01/12/2024	CDI + 1,70% a.a.	15.000	15.593	15.000	14.062
10/09/2013	01/12/2024	CDI + 1,70% a.a.	30.000	29.913	30.000	26.914
08/10/2013	01/12/2024	CDI + 1,70% a.a.	35.000	34.449	35.000	30.974
24/01/2014	01/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	40.000	35.624	40.000	32.023
05/03/2014	01/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	25.000	21.781	25.000	19.553
01/04/2014	01/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	25.748	30.000	23.093
09/05/2014	01/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	35.000	29.399	35.000	26.332
20/06/2014	01/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	20.000	16.381	20.000	14.649
02/03/2015	01/12/2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	20.796	30.000	18.377
			327.000	349.154	327.000	317.116

Passivos Circulante e Não Circulante	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante	31/12/2020 Total
Saldo inicial	–	1.574.579	1.574.579	–	1.291.815	1.291.815
Captações	–	65.150	65.150	–	233.700	233.700
Juros provisionados	–	92.131	92.131	12.229	45.494	57.723
Amortização/Recebimento de principal	(165.150)	–	(165.150)	–	–	–
Pagamento/Recebimento de juros	(863)	–	(863)	–	–	–
IR recuperar	–	(13.691)	(13.691)	(1.834)	(6.825)	(8.659)
Transferências	166.013	(166.013)	–	(10.395)	10.395	–
Saldo final	–	1.552.156	1.552.156	–	1.574.579	1.574.579

(d) Refere-se a adiantamentos e prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de dezembro de 2021 obras exclusivamente na rodovia, registradas no intangível da Sociedade, no valor de R$16.213 (R$24.227 em 31 de dezembro de 2020). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R$ 741 (R$461 em 31 de dezembro de 2020), já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R$3.160 (R$3.772 em 31 de dezembro de 2020), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

18. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$4.087 e R$2.192. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA da Sociedade e EBTIDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. Obrigações Fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante	31/12/2020 Total
Imposto de renda – IRPJ	173	–	173	1.940	–	1.940
Contribuição social – CSLL	628	–	628	773	–	773
	801	–	801	2.713	–	2.713
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	13.702	24.315	38.017	425	26.514	26.939
Programa de integração social – PIS	364	–	364	294	–	294
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.681	–	1.681	1.355	–	1.355
Tributos federais retidos	1.534	–	1.534	927	–	927
	17.281	24.315	41.596	3.001	26.514	29.515
Total impostos federais	18.082	24.315	42.397	5.714	26.514	32.228
Impostos municipais						
Impostos sobre serviços – ISS	5.518	–	5.518	3.915	–	3.915
Total	23.600	24.315	47.915	9.629	26.514	36.143

20. Provisões – (a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios – A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Cíveis	2.129	6.632	(3.600)	(3.056)	–	2.105
Trabalhistas	772	2.823	(1.459)	(1.768)	–	368
Regulatório	10.317	–	–	–	529	10.846
Total	13.218	9.455	(5.059)	(4.824)	529	13.319
	31/12/2019	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Encargos**	**31/12/2020**
Cíveis	506	5.457	(709)	(3.125)	–	2.129
Trabalhistas	620	1.585	(721)	(712)	–	772
Regulatório	7.471	–	(314)	–	3.160	10.317
Total	8.597	7.042	(1.744)	(3.837)	3.160	13.218

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R$10.846 e 10.317, respectivamente. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$19.050 (R$18.497 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, ambientais e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	8.452	7.544
Trabalhistas	810	965
Ambiental	3.139	2.829
Regulatório	19.050	18.497

Possíveis	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal	2.980	2.349
Total	34.431	32.184

Os depósitos judiciais no montante de R$61.526 em 31 de dezembro de 2021 (R$61.744 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT. (b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. (c) Provisão para investimento: A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2020	–	68.501	24.997	56.431	24.997	124.932
Adições/Reversões	–	3.965	282	37.540	282	41.505
Utilizações	(892)	(62.542)	–	–	(892)	(62.542)

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Ajuste a valor presente	–	–	2.419	5.369	2.419	5.369
Transferências	1.164	46.916	(1.164)	(46.916)	–	–
Saldo em 31/12/2021	272	56.840	26.534	52.424	26.806	109.264

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2019	–	60.288	23.500	36.211	23.500	96.499
Adições/Reversões	–	14.368	–	55.002	–	69.370
Utilizações	–	(46.881)	–	–	–	(46.881)
Ajuste a valor presente	–	16	1.497	5.928	1.497	5.944
Transferências	–	40.710	–	(40.710)	–	–
Saldo em 30/12/2020	–	68.501	24.997	56.431	24.997	124.932

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referentes às manutenções realizadas foram de R$60.911 (R$50.346 em 31 de dezembro de 2020).

21. Patrimônio Líquido – **Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R$1.497.996, composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R$1.378.496 (R$1.347.796 em 31 de dezembro de 2020), que representam 1.275.560.876 ações. Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R$29.800 em dinheiro até 31 de dezembro de 2019, R$30.000 em dinheiro até 31 de dezembro de 2020 e R$30.700 até 30 de junho de 2021, havendo um saldo a integralizar de R$119.500. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Juros sobre o capital próprio: O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade constituiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide imposto de renda retido na fonte – IRRF. A distribuição de juros sobre capital próprio, foi aprovada em AGE, com a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Sociedade, tendo suas atas emitidas nas datas de 30 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

Período	Aprovação	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
31/03/2021	30/03/2021	7.000	1.050	5.950
30/06/2021	30/06/2021	8.913	1.337	7.576
30/09/2021	30/09/2021	14.855	2.228	12.627
31/12/2021	31/12/2021	16.341	2.452	13.889
		47.109	7.066	40.042

22. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Receita bruta:	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços prestados	573.096	376.632
Receita de serviços de construção	750.329	350.289
Outras receitas	6.028	4.900
	1.329.453	731.821
Deduções:		
ISSQN	(28.929)	(19.050)
PIS	(3.759)	(2.392)
COFINS	(17.348)	(11.078)
Outras deduções	(856)	(276)
Receita líquida	1.278.561	699.025

23. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Custos:		
Com pessoal	(31.497)	(24.489)
Serviços de terceiros	(23.234)	(27.433)
Conservação	(17.617)	(17.379)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.518)	(4.430)
Consumo	(8.541)	(8.120)
Transportes	(4.735)	(3.597)
Verba de fiscalização	(13.330)	(12.756)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(416)	1.022
Seguros/Garantias	(2.034)	(3.277)
Provisão de manutenção em rodovias	(41.505)	(69.370)
Custos de serviços da construção	(750.329)	(350.289)
Depreciação/Amortização	(139.361)	(125.484)
Outros	(1.031)	(1.913)
Total	(1.037.148)	(647.515)
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas:		
Com pessoal	(14.263)	(14.190)
Serviços de terceiros	(3.259)	(4.879)
Manutenção de bens e conservação	(1.650)	(1.549)
Consumo	(1.560)	(1.336)
Transportes	(62)	(433)
Seguros/Garantias	(38)	(71)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(4.396)	(5.298)
Comunicação e marketing	(531)	(345)
Indenizações à terceiros	(104)	71
Publicações legais	(287)	(244)
Depreciação/Amortização	(2.095)	(1.217)
Outros	(1.939)	(1.353)
Total	(30.184)	(30.844)

24. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	22.913	901
Créditos fiscais(a)	3	1.434
Outras receitas	108	11
Total	23.024	2.346
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(70.511)	(32.847)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(9.243)	(8.265)
Outras despesas	(16.511)	(5.198)
Total	(96.265)	(46.310)
	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial liquída:		
Variação cambial	(72)	(118)
Total	(72)	(118)

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01/07/2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$154.484, o montante de R$111.605 foi capitalizado (R$88.602 e R$55.755 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento.

25. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Informações suplementares

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	893.448	407.159
Total das adições de imobilizado	4.573	6.895
Juros capitalizados – mútuos	(31.263)	(33.703)
Juros capitalizados – financiamentos	(21.166)	(22.052)
Juros capitalizados – debêntures	(59.176)	–
	786.416	358.299

	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição (adições)	(786.416)	(358.299)
Depósitos judiciais para desapropriação	(2.339)	3.861
Fornecedores	41.465	(3.977)
Obrigações fiscais	39.358	2.416
Contas a pagar – partes relacionadas	(3.973)	(11.697)
Cauções contratuais	11.149	7.221
Realização manutenção ICPC 12 em rodovias	(62.542)	(46.881)

27. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31/12/2021		31/12/2020	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	777.863	777.863	10.962	10.962
Aplicações financeiras	Nível 2	1	178.907	178.907	6.307	6.307
Contas a receber clientes	Nível 2	2	30.809	30.809	23.044	23.044
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	4.230	4.230	989	989
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	31.604	31.604	31.212	31.212
Outros Créditos	Nível 2	2	2.217	2.217	1.480	1.480
			1.025.630	1.025.630	73.994	73.994
Passivo						
Financiamentos (**)	Nível 2	2	–	–	429.124	429.124
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	3.720	3.720	2.073	2.073
Mútuos partes relacionadas	Nível 2	2	676.154	676.154	644.116	644.116
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	876.002	876.003	930.464	930.464
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	32.744	32.744	15.648	15.648
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.965.333	773.846	–	–
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	80.317	80.317	50.704	50.704
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.118	1.118	1.069	1.069
Outras contas a pagar	Nível 2	2	64.437	64.437	9.609	9.609
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	16.847	16.847	20.841	20.841
			3.716.672	2.525.186	2.103.648	2.103.648

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado
(**) Vide nota 12
(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. – Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. – Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). – Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

28. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos, mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(28.665)	(35.831)	(42.997)	21.499
Receita de aplicações financeiras	111.149	138.937	166.724	83.362
Juros a incorrer – Debêntures	(199.947)	(245.125)	(290.303)	(154.770)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(117.463)	(142.019)	(166.576)	(49.909)

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – Debêntures	(118.993)	(148.742)	(178.489)	(89.244)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(118.993)	(148.742)	(178.489)	(89.244)
Juros a incorrer líquido	(236.456)	(290.761)	(345.065)	(139.153)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 3 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R$29.245 (R$21.381 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Move Mais, Veloe e Greenpass, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S/A gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

		Fluxos de caixa contratuais						
Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Capital de giro	10,51%	3.720	3.720	3.720	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	16.847	16.847	828	4.140	4.086	7.697	96
Partes relacionadas	3,78%	1.552.156	1.886.378	–	–	–	1.886.378	–
Debêntures – CDI	10,88%	249.263	413.295	–	–	–	146.503	266.792
Debêntures – IPCA	15,01%	1.795.787	7.044.593	–	–	–	460.606	6.583.987
Fornecedores e cauções contratuais		80.317	80.317	48.963	31.354	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		5.328	5.328	5.328	–	–	–	–
Outras contas a pagar		64.437	64.437	64.437	–	–	–	–
		3.767.855	9.514.915	123.276	35.494	4.086	2.501.184	6.850.875

29. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

30. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	173.925

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram de R$ 70.366 e de R$67.562, respectivamente.

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Litoral Sul

Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.313.969/0001-97

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico Financeiro/
Diretora de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheira

Contador

Fernando Vinícius de Lima
CRC-SP 305.385/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A. São José dos Pinhais-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliamos do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. • Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Realização dos ativos fiscais diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R$ 93.502 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo das concessões:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.11 e 13 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R$ 674.996 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos com ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração da Sociedade exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos**.** Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade. - Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. - Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador
CRC 1SP 293.539/O-8

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:
(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br
TRIBUNA

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

INCORPORAÇÃO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OMAHA X39 SPE LTDA, CNPJ 31.717.451/0001-78, torna público que recebeu do IAT, a Licença Prévia para CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OMAHA a ser implantada a RUA MANOEL FERNANDES ALVES, 007, ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR.

CLUBE BOLA DE OURO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Presidente do Conselho Deliberativo do CLUBE BOLA DE OURO, na forma do disposto nos Artigos 27 e seguintes do Estatuto Social, convoca os Srs. Associados em dia com suas obrigações, para a Assembléia Geral Ordinária, a ser no dia 01 de abril de 2022, sexta-feira em primeira convocação às 19h30, com a presença de 2/3 dos associados, ou em segunda convocação às 20h00 do mesmo dia, ou no máximo Os (cinco) dias após a primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 dos associados, na Sede Social do Clube, à Av. Senador Salgado Filho, 3945 Curitiba/Pr., para deliberarem o seguinte:

a) Aprovação das contas dos exercícios 2019, 2020 e 2021.
b) Reposição de vagas nos Conselhos Deliberativo Permanente e Transitório.
e) Eleições Conselho Diretor, Fiscal e Transitório.

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2022.

É obrigatório o uso de máscaras e álcool em gel, além de manter o distanciamento recomendado.

José Renato Guebur
Presidente Conselho Deliberativo
Nelson Luciano Serratto
Presidente Conselho Diretor

CURITIBA - 2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Mariana Carvalho Pozenato Martins – Oficial - CPF 008.419.589-47
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 603/10º Andar - Fone: 41 3024-0512
Curitiba - Paraná CEP: 80.430-180
Horário das 08:30 às 17:00 hrs - Site: www.2ricuritiba.com.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(prazo – 15 dias úteis)

Mariana Carvalho Pozenato Martins, agente delegada titular do Segundo Serviço de Registro de Imóveis, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná,

INTIMA HELEN KITYANE STALL JAEGER, CPF. 007.124.649-56 com domicílio ignorado, e que se encontra em lugar incerto e não sabido, conforme certificado pelo agente delegado do 4º Serviço de Registro de títulos e documentos, para que, no prazo de quinze (15) dias úteis contados da última publicação do presente edital, compareça na sede da serventia extrajudicial do Segundo Serviço de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com endereço na Rua Carlos de Carvalho, 603, 10º andar, e efetue o pagamento das parcelas em atraso, que em 01/10/2021 totalizava o valor de R$415.354,88, o qual será acrescido dos encargos contratuais até a data do efetivo pagamento. As parcelas mencionadas referem-se a escritura pública de confissão de dívida com constituição de alienação fiduciária datada de 19/12/2017 obtida junto a J.A Baggio Construções Ltda, que teve por objeto a concessão de um crédito, conforme descrito na matrícula 61.273 deste serviço de registro de imóveis. O presente edital é formalizado para atendimento ao contido no § 4º do art. 26 da lei Federal 9.514 de 20.11.1997, e será publicado por três vezes consecutivas; após a última publicação e transcorrido o prazo acima, e não tendo o intimado efetuado o pagamento do saldo devedor do financiamento, a requerimento da credora será promovido o registro da consolidação da propriedade e a consequente transferência do domínio em nome da mencionada credora (Protocolo 359.092 do procedimento).

Curitiba, 16 de fevereiro de 2022.

Mariana Carvalho Pozenato Martins
Oficial do Registro

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

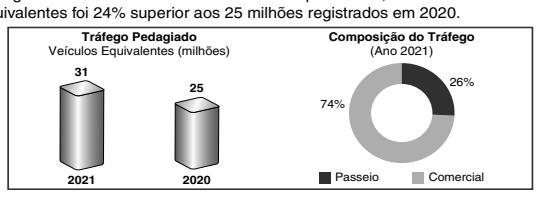
arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Relatório da Administração

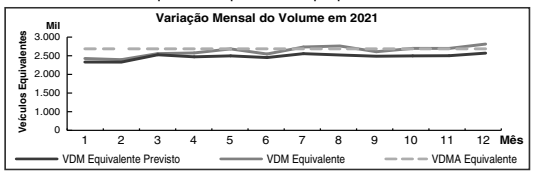
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Planalto Sul. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Planalto Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116, que liga a cidade de Curitiba-PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 2 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Planalto Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em abril de 2021 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio, permanecendo a tarifa de veículos de passeio em R$6,20 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 31 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 24% superior aos 25 milhões registrados em 2020.



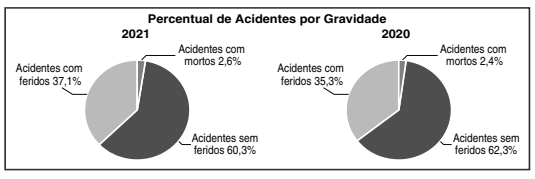
A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$260 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 10,3% sobre 2020, quando totalizou R$236 milhões. A receita de pedágio registrou R$195 milhões em 2021, uma variação de 10,9% em relação à 2020, quando totalizou R$176 milhões. Essa variação deve-se principalmente o enfrentamento da pandemia a qual teve reflexos negativos em 2020, onde em 2021 houve a retomada do crescimento da economia, refletida juntamente com o tráfego pedagiado. A receita de obras registrou R$64 milhões em 2021, contra R$59 milhões registrada em 2020, representando uma variação de 8,7%. Resultado da variação em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R$0,9 milhões em 2021, o que representa 0,3% da receita bruta. No ano de 2021, a Companhia obteve uma receita líquida de R$243 milhões, um aumento de R$22 milhões em relação ao ano de 2020. **Investimentos:** O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2021 foi de R$68,6 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R$65,8 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R$308,4 milhões executados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo: Investimentos

	Investimentos – em R$ milhões		
	2021	2020	Var. %
Ampliação da Rodovia	6,6	22,7	-70,9%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	30,4	11,5	163,6%
Outros Investimentos	31,6	31,5	0,3%
Total	**68,6**	**65,8**	**4,4%**

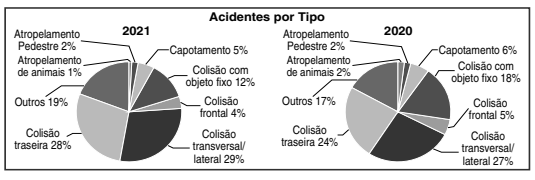
Durante o ano, foi concluída a recuperação de 4 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/SC). **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R$82,2 milhões, dos quais R$77,3 milhões foram através de captação da 6ª, 7ª e 8ª emissão de Debêntures Privadas e R$4,9 milhões através de aumento e integralização de capital social. **Valor Adicionado:** Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como prejuízo pela Concessionária foi de R$29 milhões, representando 11% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 508% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R$5 milhões representando 2% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Nos anos de 2021 e 2020 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2021, a Concessionária investiu R$42 mil (R$35 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais:** **a) Caracterização do Tráfego: Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/412,7km
Viatura de inspeção	5	1,21
Guincho Leve	9	2,18
Guincho Pesado	3	0,73
Ambulância Simples	9	2,18
UTI	2	0,48
Caminhão Operacional	2	0,48
Caminhão Pipa	2	0,48
Caminhão Boiadeiro	1	0,24
Balança Fixa	2	0,48
Total de veículos operacionais	**35**	**8,48**
Administração	24	5,82
Operação de Tráfego (Líderes e Supervisores)	5	1,21
Pedágio	2	0,48
Animal (carretinha)	2	0,48
Caminhão	1	0,24
Picape	3	0,73
Segurança de trabalho	2	0,48
Manutenção	4	0,97
Total de veículos de apoio	**43**	**10,42**
Total de veículos	**78**	**18,90**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/10.000
Analista de Cca Jr	1	0,12
Analista de Trafego Jr	2	0,23
Analista Administrativo Jr	1	0,12
Assitente Administrativo	1	0,12
Assistente de Trafego	1	0,12
Assistente de Engenharia II	1	0,12
Auxiliar Administrativo	1	0,12
Auxiliar de Balança	24	2,79
Auxiliar de Serviços Gerais	1	0,12
Controlador de CCA I	10	1,16
Enfermeiro	9	1,05
Engenherio Civil II	1	0,12
Inspetor de Trafego	23	2,67
Médico	17	1,97
Operador de Balanca	7	0,81
Operador de CCA	4	0,46
Operador de Cco	9	1,05
Operador de Guincho	55	6,39
Operador de Guincho Pesado	12	1,39
Operador de Pipa	8	0,93
Socorrista	132	15,33
Supervisor de Tráfego	2	0,23
Total Tráfego	**322**	**37,39**
Assistente de Pedagio	20	2,32
Operador de Pedagio	101	11,73
Total Arrecadação	**121**	**14,05**
Total	**443**	**51,45**

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R$ mil)

	Em 2021	Acumulada
Receita	260.050	3.351.023

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R$ mil)

	Em 2021	Acumulado
Investimentos	68.628	1.698.956

Custos Operacionais (em R$ mil): Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R$157 milhões em 2021, ante R$156 milhões em 2020, aumento de 0,6%. A maior parte desta variação refere-se a revisão do cronograma de obras, o qual tem impacto direto com a provisão de manutenção. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R$67 milhões em 2021, um aumento de 1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$66 milhões, a principal causa dessa variação foi o pagamento de custos com conservação da rodovia, ocorrido em 2021. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R$ mil)

	Em 2021	Acumulado
Investimentos	12.351	131.893

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R$ Mil)

EBITDA e EBITDA Ajustado *(Em milhares de reais)*

	2021	2020	Var%
Receita Operacional Líquida	**242,9**	**220,4**	**10,2%**
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(157,0)	(156,4)	0,4%
EBITDA [1]	**86,0**	**63,9**	**34,5%**
(+) Provisão para manutenção de rodovias	25,5	31	-17,7%
EBITDA Ajustado [2]	**111,7**	**95,3**	**17,3%**

[1] EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. [2]Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R$ mil)

	2021	2020	Var %
Dívida Bruta	**359,1**	**405,5**	**-11,4%**
Curto Prazo	79,9	66,0	**21,1%**
Longo Prazo	279,1	339,5	**-17,8%**
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	12,9	14,1	**-8,4%**
Aplicações financeiras vinculadas [1]	14,9	14,7	**1,3%**
Dívida Líquida	**331,3**	**376,8**	**-12,1%**

[1] Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro/Prejuízo Líquido: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com prejuízo líquido de R$45,8 milhões, uma redução de (R$2,8). Essa variação deriva principalmente do resultado da reestruturação e implantação da Regional Sul, tivemos leve aumento do tráfego, reflexo da retomada da economia frente ao COVID19.

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2021 (em R$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo 1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 – Fazenda Rio Grande		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P2 – Rio Negro		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P3 – Monte Castelo	bidirecional	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P4 – Santa Cecília		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10
P5 – Correria Pinto		6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10

Concessionária em números

Tabela – Rodovias			
Dados anuais 2021	**Unidade de medida ou comentário**		
Quilômetros de rodovia	412,7 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	7.951.091	57%
	CAT-02	1.193.871	9%
	CAT-03	62.497	0%
	CAT-04	1.177.172	8%
	CAT-05	10.144	0%
	CAT-06	934.108	7%
	CAT-07	612.323	4%
	CAT-08	1.634.925	12%
	CAT-09	290.580	2%
	TOTAL	13.866.711	100%
Número de praças de pedágios	5 praças		

	Tabela de Categorias – VALOR DA TARIFA = 6,20			
	Descrição	**Eixos**	**Categorias**	**Tarifa Básica**
Tarifa	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	6,20
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	12,40
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi reboque	3	3	9,30
	Caminhão, Caminhão Trator semi reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	18,60
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	12,40
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi reboque	4	6	24,80
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi reboque	5	7	31,00
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi reboque	6	8	37,20
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	3,10

Número de quilômetros mantidos	412,7 quilômetros		
Índice de congestionamento	**Nível C**		
Trânsito Médio Diário Equivalente	**Mês**	**Média diária (em milhares)**	
	Jan	78.071	
	Fev	85.322	
	Mar	82.296	
	Abr	85.670	
	Mai	86.389	
	Jun	84.690	
	Jul	88.047	
	Ago	88.928	
	Set	86.743	
	Out	86.854	
	Nov	89.713	
	Dez	90.595	
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	86.110	em milhares

Equipes utilizadas pelo concessionário	**Administrativo**	**Pavimentação**
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de estrada	**Rodovia: BR-116 (PR)**		
	Parâmetro	**Ano 14 – Atendem**	**Não Atendem**
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
	Rodovia: BR-116 (SC)		
	Parâmetro	**Ano 14 – Atendem**	**Não Atendem**
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação do Relatório da Administração

Receita de pedágio	194.853	em R$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	17.104	em R$ mil
Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	298	
Despesas de Pessoal	22.257, em R$ mil	
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	Método Linear	
Ativo Líquido	27.745	em R$ mil
Ativo Bruto	1.380.155	em R$ mil
Série Histórica dos Investimentos	1.698.956	em R$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	3.976	em R$ mil
Despesas em Manutenção	730	em R$ mil
Outras Despesas	–	em R$ mil
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	892	Acidentes sem feridos
	549	Acidentes com feridos
	39	Acidentes com mortos
Indicadores		
Receita por veículo ou KM	630	por KM
Custo por veículo ou KM	593	por KM

Balanco Social

	2021			2020		
1 – Base de cáculo						
Faturamento Bruto	260.050			235.771		
Receita líquida (RL)	242.946			220.451		
Resultado operacional (RO)	-69.175			-73.655		
Folha de pagamento bruta (FPB)	10.890			9.085		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	10.890			9.085		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 – Indicadores sociais internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	2.212	20%	1%	2.046	23%	1%
Encargos Sociais	4.088	38%	2%	3.543	39%	2%
Previdência privada	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde	1.976	18%	1%	1.701	19%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	217	2%	0%	135	1%	0%
Educação	6	0%	0%	17	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	42	0%	0%	35	0%	0%
Creches ou auxílio creche	166	2%	0%	200	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.251	11%	1%	643	7%	0%
Outros	117	1%	0%	76	1%	0%
Total – Indicadores sociais internos	10.075	93%	4%	8.398	92%	4%
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	89	1%	0%	84	1%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde e saneamento	–	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	–	0%	0%	–	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	80	1%	0%	–	0%	0%
Outros	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	169	2%	0%	84	1%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	16.896	155%	7%	14.953	165%	7%
Total – Indicadores sociais externos	17.065	157%	7%	15.037	166%	7%
4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	207	2%	0%	373	4%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	207	2%	0%	373	4%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	298			329		
Tempo de serviço	9%	até seis meses		28%	até seis meses	
	12%	de seis meses a um ano		4%	de seis meses a um ano	
	33%	entre um e dois anos		21%	entre um e dois anos	
	28%	entre dois e cinco anos		24%	entre dois e cinco anos	
	18%	mais de cinco anos		23%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	64			113		
Nº de demissões durante o período	88			87		
Nº de colaboradores terceirizados	504			748		
N º de estagiários (as)	–			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	2			1		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	48			82		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	192			187		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	56			59		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	122			178		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%			1%		
Remuneração paga a mulheres no período	2.258			3.887		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	1			2		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	7			11		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	23.743			59.150		
Total de horas extras pagas (valor)	355			679		
Total de INSS pagos	3.251			3.800		
Total de FGTS pago	770			788		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		

	2021			2020		
Totals dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	471			533		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	-266			–		
Total de CSLL recolhido do período	–			–		
Total de PIS recolhidos no período	1.260			1.143		
Total de COFINS recolhidos no período	5.816			5.276		
Total de outros tributos recolhidos no período	9.685			8.797		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária			37,89			38,9
Número total de acidentes de trabalho	–			–		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores			() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA			() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA		
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos oclaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT			() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica			() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores			() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos			() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva			() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 4% na Justiça			0% no PROCON 4% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir	30.720			6.994		
Distribuição do Valor Adicionado	-20%	Governo		-138%	Governo	
	-126%	Acionistas		-664%	Acionistas	
	72%	Colaboradores		268%	Colaboradores	
	173%	Terceiros		634%	Terceiros	
	0%	Retidos		0%	Retidos	

Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade: Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa. Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas. Base do plano estratégico da companhia, a Agenda ESG está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento. Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda ESG da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias LED em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias. Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década. Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta. Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período. Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice "zero" de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção. Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020). Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão. Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio. Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio Negro, 24 de fevereiro de 2022.
A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	**Nota explicativa**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.674	8.757
Aplicações financeiras	5	8.213	5.313
Contas a receber	6	9.996	7.843
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	701	180
Despesas antecipadas		842	995
Impostos a recuperar		519	341
Adiantamentos a fornecedor		97	92
Outros créditos		189	180
Total dos ativos circulantes		25.231	23.701
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	14.858	14.674
Despesas antecipadas		699	891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	192.098	168.782
Depósitos judiciais	18	4.209	4.848
Outras contas a receber		5	10
Realizável a longo prazo		211.869	189.205
Direito de uso	9	10.385	9.916
Imobilizado	10	959	1.420
Intangível	11	1.096.763	1.137.195
Infraestrutura em construção	11	34.948	22.519
		1.143.055	1.171.050
Total dos ativos não circulantes		1.354.924	1.360.255
Total do Ativo		1.380.155	1.383.956

Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota explicativa**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Financiamentos	12	52.136	49.236
Debêntures	13	27.604	16.645
Risco sacado		204	122
Fornecedores		10.588	11.617
Arrendamento mercantil a pagar	16	2.967	2.936
Obrigações sociais		2.720	2.624
Obrigações fiscais		2.191	2.125
Contas a pagar – partes relacionadas	15	2.947	2.098
Cauções contratuais	14	5.238	4.675
Taxa de fiscalização		330	309
Provisão para manutenção em rodovias		34.527	34.056
Outras contas a pagar		1.673	631
Total dos passivos circulantes		143.125	127.074
Não Circulante			
Financiamentos	12	151.458	199.319
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	15	168.581	85.145
Debêntures	13	127.689	140.173
Arrendamento mercantil a pagar	16	7.804	7.144
Obrigações fiscais		1.514	431
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	24.570	26.378
Provisão para manutenção em rodovias		25.234	27.103
Total dos passivos não circulantes		506.850	485.693
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	1.099.584	1.094.734
Prejuízo acumulado		(369.404)	(323.545)
Total do patrimônio líquido		730.180	771.189
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.380.155	1.383.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro por ação básico e diluído)*

	Nota explicativa	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita Operacional Líquida	20	242.946	220.451
Custo dos Serviços Prestados	21	(244.692)	(240.168)
Prejuízo Bruto		(1.746)	(19.717)
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	21	(11.630)	(12.352)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		293	449
		(11.337)	(11.903)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(13.083)	(31.620)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	22	1.768	2.310
Despesas financeiras	22	(57.816)	(44.256)
Variação cambial, líquida	22	(44)	(89)
		(56.092)	(42.035)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(69.175)	(73.655)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	7	23.316	24.953
Prejuízo Líquido do Exercício		(45.859)	(48.702)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	24	(0,0266)	(0,0283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	**Capital social**			**Prejuízos acumulados**	**Total**
		Subscrito	**A integralizar**	**Integralizado**		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.128.034**	**(41.500)**	**1.086.534**	**(274.843)**	**811.691**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(48.702)	(48.702)
Aumento de capital		–	8.200	8.200	–	8.200
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.128.034**	**(33.300)**	**1.094.734**	**(323.545)**	**771.189**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(45.859)	(53.582)
Integralização de Capital	19	–	4.850	4.850	–	4.850
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.128.034**	**(28.450)**	**1.099.584**	**(369.404)**	**730.180**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2021	**31/12/2020**
Prejuízo Líquido do Exercício	(45.859)	(48.702)
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	(45.859)	(48.702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(45.859)	(48.702)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21	99.329	95.615
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos		3	1.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(23.316)	(24.953)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(204)	(317)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas		(603)	2.252
Juros e variações monetárias de empréstimos		7.218	19.032
Juros e variações monetárias de debêntures		17.687	18.724
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	22	28.185	3.351
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	3.640	1.470
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	(26)	(1.008)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	18	25.796	31.357
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(2.153)	(680)
Contas a receber – partes relacionadas		(521)	121
Estoques			
Despesas antecipadas		345	859
Impostos a recuperar		121	627
Outros créditos		(9)	91
Depósitos judiciais		639	(2.554)
Outros contas a receber		5	(10)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(4.291)	(373)
Fornecedores – partes relacionadas		919	(697)
Cauções contratuais de fornecedores		80	(41)
Outros valores pagos		–	–
Obrigações sociais		96	(655)
Obrigações fiscais		339	(1.003)
Outras contas a pagar		(1.782)	(5.035)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		21	(1.364)
Taxa de Fiscalização		252	12
Custo de transação – empréstimo		(30.556)	291
Pagamento de juros		1.042	(23.884)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		76.397	64.197
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(24)	–
Aquisições de itens do intangível	23	(91.924)	(79.487)
Aplicação financeira vinculada		(211)	(2.668)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		331	1.398
Aplicação financeira		(2.900)	1.163
Caixa líquido provenientes das atividades de investimento		(94.728)	(79.594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado		486	923
Pagamento risco sacado		(402)	(1.046)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(46.870)	(22.089)
Pagamento arrendamento mercantil		(3.227)	(4.361)
Pagamento de debêntures – principal		77.300	45.700
Captações de empréstimos – empresas ligadas		(17.889)	(8.826)
Aumento/Integralização de capital	19	4.850	8.200
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		14.248	18.501
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(4.083)	3.104
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.757	5.653
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.674	8.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Prestação de serviços	20	194.853	175.726
Receita dos serviços de construção	20	64.301	59.159
Outras receitas		1.190	1.973
Juros capitalizados		2.706	2.204
		263.050	239.062
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(28.620)	(30.480)
Custo dos serviços de construção	23	(64.301)	(59.159)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.183)	(8.717)
Custo da concessão		(5.535)	(5.634)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	23	(25.796)	(31.357)
Outros		(1.290)	(3.327)
		(134.725)	(138.674)
Valor adicionado bruto		128.325	100.388
Depreciação e amortização	21	(99.329)	(95.615)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		28.996	4.773
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	1.768	2.310
Outros		(44)	(89)
		1.724	2.221
Valor adicionado total a distribuir		30.720	6.994
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		16.731	13.781
Benefícios		4.476	4.040
FGTS		1.046	947
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		(15.962)	(18.513)
Municipais		9.787	8.850
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		45.872	37.756
Juros capitalizados BNDES		572	550
Juros capitalizados Debentures		2.134	1.654
Aluguéis		189	202
Outras		4.516	4.177
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		7.218	2.252
Prejuízo do exercício		(45.859)	(48.702)
		30.720	6.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias em

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. (controladora) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo").

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicações de rodovia. • 48,3 kms de terceiras faixas. • 13,72 kms de vias laterais. • Construção de cinco trevos completos. • Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba-PR. • Construção de onze passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO's. • Implantação ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$24.767 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$572.826 (R$139.359 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$243.477 (R$255.545 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2021 estas obras estão estimadas em R$16.671 (R$82.202 em 31 de dezembro de 2020). Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: i. Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. No exercício de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo: A Planalto Sul, informa que está em negociações para firmar, um Termos de Ajuste de Conduta- "TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades. **Covid – 19:** Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em , face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados. Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras. A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos – Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS – Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades – Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda. Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 tiveram seus vencimentos postergados e foram depositados em setembro a dezembro de 2021. Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas e a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, identificadas como. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo conselho de administração em 23 de fevereiro de 2022. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	**Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.**
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32); (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (e) Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26); (g) IFRS 17 Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; (i) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (j) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	960	1.749
Fundos de investimentos (*)	3.714	7.008
Total	4.674	8.757
Aplicações financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fundos de investimentos (**)	8.213	5.313
Total	8.213	5.313

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 95,00% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). (a.a. em). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. **As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber

Estão representadas por:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	9.151	–	7.140	–
Cupons de pedágio a receber	148	–	202	–
Cartões de pedágio a receber	91	–	99	–
Receitas acessórias a receber (a)	605	5	402	10
Outras receitas a receber	1	–	–	–
Total	9.996	5	7.843	10

(a) Receitas acessórias a receber referente ao uso de faixa de domínio. Cronograma de recebimento:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	9.769	5	7.734	10
Créditos vencidos até 60 dias	183	–	108	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	–	–	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	39	–	1	–
	9.996	5	7.843	10

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 . O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social. A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.175)	(73.655)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	23.520	25.043
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(204)	(90)
Total	23.316	24.953
Imposto Contabilizado	23.316	24.953
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	23.316	24.953
	23.316	24.953
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	494.341	423.844
Provisão de participação nos lucros	756	746
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	24.569	26.378
Outras provisões	436	776
Provisão para manutenção de rodovias	59.761	61.159
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	–	–
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	541	309
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(25)	(17)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	580.445	513.261
Alíquota nominal	34%	34%
Total	197.351	174.509
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	4	–
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	9.688	8.300
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(15.451)	(16.843)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(5.253)	(5.727)
Total do imposto de renda e contribuição social contabilizado	192.098	168.782

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	70.497	58.904
Provisão de participação nos lucros	10	(294)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.809)	(902)
Outras provisões	(340)	218
Provisão para manutenção de rodovias	(1.398)	14.015
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	4	2
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	232	68
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	1.388	1.380
Amortização estorno de capitalização de juros	(7)	–
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	68.577	73.391
Alíquota nominal	34%	34%
Total	23.316	24.953
Total do imposto de renda e contribuição social	23.316	24.953

Impostos diferidos Ativo não circulante

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*). b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue: Exercícios a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2024	18.675
2025	18.675
2026	18.675
Após 2027	112.051
	168.076

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações: BNDES: A Sociedade teve que depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permaneceu até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passou para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$14.858 (R$14.674 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,90% a.a (95,00% a.a em 31 de dezembro de 2020) da variação do CDI.

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. Direito De Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2020	9.019	2.435	411	265	19	237	12.386
Remensuração	744	37	13	9	–	47	850
Adições	–	2.618	–	–	–	–	2.618
Baixas	(3)	(2.281)	(4)	–	–	(186)	(2.474)
Saldo em 31/12/2021	9.760	2.809	420	274	19	98	13.380
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(449)	(1.611)	(115)	(65)	(4)	(226)	(2.470)
Amortização	(1.830)	(865)	(178)	(227)	(15)	(88)	(3.203)
Baixa	3	2.478	4	–	–	193	2.678
Saldo em 31/12/2021	(2.276)	2	(289)	(292)	(19)	(121)	(2.995)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2020	8.570	824	296	200	15	11	9.916
Saldo em 31/12/2021	7.484	2.811	131	(18)	–	(23)	10.385
Taxas de amortização – a.a.	20%	35%	57%	60%	100%	41%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31/12/2019	3.152	2.364	423	459	193	232	179	7.002
Adições	10.405	71	411	81	41	5	194	11.208
Baixas	(4.538)	–	(423)	(275)	(215)	–	(373)	(5.824)
Saldo em 31/12/2020	9.019	2.435	411	265	19	237	–	12.386
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2019	(2.492)	(788)	(282)	(167)	(151)	(111)	(179)	(4.170)
Amortização	(2.495)	(823)	(256)	(173)	(68)	(115)	(194)	(4.124)
Baixa	4.538	–	423	275	215	–	373	5.824
Saldo em 31/12/2020	(449)	(1.611)	(115)	(65)	(4)	(226)	–	(2.470)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2019	660	1.576	141	292	42	121	–	2.832
Saldo em 31/12/2020	8.570	824	296	200	15	11	–	9.916
Taxas de amortização – a.a.	28%	58%	51%	49%	84%	83%	100%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos. (g) Refere-se a locação de cofres.

10. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2020	496	1.259	606	1.048	1.283	73	4.765
Adições	20	4	–	–	–	–	24
Saldo em 31/12/2021	516	1.263	606	1.048	1.283	73	4.789
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(418)	(874)	(485)	(695)	(865)	(8)	(3.345)
Depreciações	(21)	(172)	(112)	(87)	(93)	–	(485)
Saldo em 31/12/2021	(439)	(1.046)	(597)	(782)	(958)	(8)	(3.830)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2020	78	385	121	353	418	65	1.420
Saldo em 31/12/2021	77	217	9	266	325	65	959
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2019	496	1.275	606	1.048	1.288	73	4.786
Alienações/baixas	–	(16)	–	–	(5)	–	(21)
Saldo em 31/12/2020	496	1.259	606	1.048	1.283	73	4.765
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2019	(389)	(715)	(365)	(595)	(768)	(8)	(2.840)
Depreciações	(29)	(173)	(120)	(100)	(101)	–	(523)
Alienações/baixas	–	14	–	–	4	–	18
Saldo em 31/12/2020	(418)	(874)	(485)	(695)	(865)	(8)	(3.345)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2019	107	560	241	453	520	65	1.946
Saldo em 31/12/2020	78	385	121	353	418	65	1.420
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em Construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2020	1.593.273	2.151	29	1.595.453	22.489	1.617.942
Adições	49.959	663	–	50.622	17.019	67.641
Transferências/reclassificações	4.589	–	(29)	4.560	(4.560)	–
Alienações/baixas	(3)	–	–	(3)	–	(3)
Saldo em 31/12/2021	1.647.818	2.814	–	1.650.632	34.948	1.685.580
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2020	(456.965)	(1.263)	–	(458.228)	–	(458.228)
Amortizações	(95.488)	(153)	–	(95.641)	–	(95.641)
Saldo em 31/12/2021	(552.453)	(1.416)	–	(553.869)	–	(553.869)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2020	1.136.308	888	29	1.137.225	22.489	1.159.714
Saldo em 31/12/2021	1.095.365	1.398	–	1.096.763	34.948	1.131.711
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em Construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2019	1.519.471	1.440	–	1.520.911	36.663	1.557.574
Adições	36.659	711	175	37.545	24.558	62.103
Transferências/reclassificações	38.878	–	(146)	38.732	(38.732)	–
Alienações/baixas	(1.735)	–	–	(1.735)	–	(1.735)
Saldo em 31/12/2020	1.593.273	2.151	29	1.595.453	22.489	1.617.942
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2019	(366.120)	(1.207)	–	(367.327)	–	(367.327)
Amortizações	(90.912)	(56)	–	(90.968)	–	(90.968)
Alienações/baixas	67	–	–	67	–	67
Saldo em 31/12/2020	(456.965)	(1.263)	–	(458.228)	–	(458.228)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2019	1.153.351	233	–	1.153.584	36.663	1.190.247
Saldo em 31/12/2020	1.136.308	888	29	1.137.225	22.489	1.159.714
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Intangível e infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento. (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade complementou no montante de R$2.706 (R$2.204 em 31 de dezembro de 2020) o valor justo dos intangíveis e intangíveis em andamento tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 0,54% e em 2020 0,44%, do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12. Análise de *impairment:* A Sociedade efetuou teste de impairment durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021 , e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis.

12. Financiamentos – A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	150.781	189.831
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	32.929	37.905
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	20.605	21.702
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	243	283
				204.558	249.721
			Custo de transação	(964)	(1.166)
			Total Geral	203.594	248.555
			Circulante	52.136	49.236
			Não circulante	151.458	199.319
			Total	203.594	248.555

Estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	49.437	200.283	249.720	40.866	221.684	262.550
Juros provisionados	18.259	–	18.259	5.690	–	5.690
Amortização de principal	(46.870)	–	(46.870)	(14.109)	–	(14.109)
Pagamento de juros	(16.551)	–	(16.551)	(4.410)	–	(4.410)
Transferência	48.063	(48.063)	–	21.400	(21.400)	–
	52.338	152.220	204.558	49.437	200.284	249.721
Custo de transação	(202)	(762)	(964)	(201)	(965)	(1.166)
Saldo final	52.136	151.458	203.594	49.236	199.319	248.555

Em as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	53.808
2024	50.698
2025	32.287
2026	15.427
	152.220

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são: 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições: Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior. Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente. 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total". Em a Sociedade apresentou os seguintes índices: • ICSD – 1,18 • Saldo Devedor/Receita Bruta – 0,00% • Patrimônio Líquido/Passivo Total – 52,91%. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
2ª Emissão – Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	155.993	157.568
				155.993	157.568
			Custo de transação	(700)	(750)
			Total	155.293	156.818
			Circulante	27.604	16.645
			Não circulante	127.689	140.173
			Total	**155.293**	**156.818**

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	16.730	140.838	157.568	9.348	150.030	159.378
Juros provisionados	14.050	16.269	30.319	–	20.378	20.378
Amortização de principal	(17.889)	–	(17.889)	(8.826)	–	(8.826)
Pagamento de juros	(14.005)	–	(14.005)	(13.362)	–	(13.362)
Transferências	28.893	(28.893)	–	29.570	(29.570)	–
	27.779	128.214	155.993	16.730	140.838	157.568
Custo de transação	(175)	(525)	(700)	(85)	(665)	(750)
Saldo final	27.604	127.689	155.293	16.645	140.173	156.818

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª Emissão – Série Única	15/12/2014	100.000	1.000	08/04/2015	106.845
		100.000			106.845

Em , as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2023	37.188
2024	48.659
2025	42.367
	128.214

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por: 1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora. 2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora. 3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. A escritura da 2ª emissão da Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos, apresentando, portanto, os mesmos índices descritos na referida Nota Explicativa. Em a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura da 2ª emissão de debêntures. A Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos NE 12. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$10.588 (R$11.617 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$5.238 (R$4.675 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e debêntures para capital de giro. Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	–	3
Intervias S.A. (a)	–	2
Fluminense S.A. (a)	–	1
Fernão dias S.A. (a)	–	4
Régis Bittencourt S.A. (a)	701	83
Litoral Sul S.A. (a)	–	86
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	–	1
Contas a receber de partes relacionadas circulante	701	180
Total parte relacionada no ativo circulante	701	180
Passivo circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a/b)	1.811	1.610
Régis Bittencourt S.A. (a)	2	60
Litoral Sul S.A. (a)	1.134	358
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	–	70
Passivos com partes relacionadas circulante	2.947	2.098
Total do passivo circulante	2.947	2.098
Passivo não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	168.581	85.145
Empréstimos partes relacionadas não circulante	168.581	85.145
Total do passivo não circulante	168.581	85.145

	31/12/2021		31/12/2020	
	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (C)	Despesas gerais (a)
Contas de Resultado:				
Controladora				
Arteris S.A.	(7.218)	(6.481)	(2.252)	(5.031)
Outras partes relacionadas				
Régis Bittencourt S.A.	–	(106)	–	–
Litoral Sul S.A.	–	(3.175)	–	–
Total	(7.218)	(9.762)	(2.252)	(5.031)

(a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo. (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês. (c) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019 e 05 de fevereiro de 2020, respectivamente. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimentos do principal e juros em 31 de

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

dezembro de 2024.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31/12/2021 Valor do principal	31/12/2021 Juros	31/12/2020 Valor do principal	31/12/2020 Juros
20/05/2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	1.070	9.000	621
20/09/2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	334	3.500	164
21/10/2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	11.500	1.042	11.500	484
19/11/2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	776	9.000	341
20/12/2019	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	325	4.000	133
20/01/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	13.000	1.010	13.000	388
20/03/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	7.200	502	7.200	161
06/04/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	136	2.000	41
20/04/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	4.200	279	4.200	81
20/11/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	8.500	418	8.500	23
07/12/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	800	38	800	1
21/12/2020	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	10.000	469	10.000	7
20/01/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	6.200	278	–	–
22/02/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	3.100	132	–	–
22/02/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.900	90	–	–
22/03/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.200	54	–	–
05/04/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	87	–	–
20/04/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	251	–	–
20/05/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	288	–	–
07/06/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.100	40	–	–
21/06/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	7.850	273	–	–
05/07/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.300	43	–	–
20/07/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	2.150	66	–	–
05/08/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.400	37	–	–
20/08/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	178	–	–
06/09/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	43	–	–
20/09/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	7.600	149	–	–
05/10/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.000	17	–	–
20/10/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	88	–	–
22/11/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	45	–	–
06/12/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	9	–	–
20/12/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	10	–	–
20/12/2021	31/12/2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	4	–	–
			160.000	8.581	82.700	2.445

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras na rodovia, registrada no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$864 (R$878 em 31 de dezembro de 2020), com vencimento médio de 30 dias. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R$344 (R$215 e, 31 de dezembro de 2020) já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R$1.026 (R$1.116, em 31 de dezembro de 2020), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante	31/12/2020 Total
Saldo inicial	2.936	7.144	10.080	1.922	1.005	2.927
Remensuração	850	–	850	–	–	–
Adições	281	2.337	2.618	2.128	9.068	11.196
Utilização	(3.512)	–	(3.512)	(4.401)	–	(4.401)
Ajuste a valor presente – AVP	735	–	735	358	–	358
Transferência	1.677	(1.677)	–	2.929	(2.929)	–
	2.967	7.804	10.771	2.936	7.144	10.080

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	3.048
2024	3.040
2025	1.716
	7.804

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$3.227 (4.465 em 31 de dezembro de 2020). O potencial PIS/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R$ 62 e R$ 286 para PIS e Cofins (R$ 40 e R$ 184 respectivamente para 31 de dezembro de 2020). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa média é de 8,42% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

17. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$756 e R$746. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA *(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – (a) Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios: A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Civeis	345	2.150	(758)	(927)	–	810
Trabalhistas	2.292	1.261	(1.711)	(855)	–	987
Regulatório	23.741	1.798	(2.766)	–	–	22.773
Total	26.378	5.209	(5.235)	(1.782)	–	24.570

	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2020
Civeis	252	370	(2)	(275)	–	345
Trabalhistas	1.918	1.709	(246)	(1.089)	–	2.292
Regulatório	25.110	(361)	–	–	(1.008)	23.741
Total	27.280	1.718	(248)	(1.364)	(1.008)	26.378

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R$22.773 (R$23.741 em 31 de dezembro de 2020). As novas adições relativas ao ano de 2021 referem-se a processos em que é provável a aplicação do conceito da Continuidade Delitiva. A Sociedade, a partir do ano de 2018, vêm adotando em suas tratativas junto ao órgão regulador essa modalidade, a Continuidade Delitiva, onde, quando da ocorrência de aplicação de diversas penalidades da mesma natureza em um mesmo ato de fiscalização, essas penalidades adicionais à primeira aplicada são canceladas através do pagamento de apenas um dos processos relativos a infração cometida, quando não há mais discussão do mérito. Diante da possibilidade de aplicação desse conceito pela ANTT e considerando a possibilidade de pagamento de certas penalidades com o correspondente cancelamento de um determinado número de outras penalidades, a Sociedade avaliou e com base em seu melhor julgamento e estimativa fez o provisionamento de tais processos. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$42.755 (R$39.690 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2021 representam o montante de R$1.829 (R$1.987 em 31 de dezembro de 2020). Os depósitos judiciais no montante de R$4.209 (R$4.848 em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R$685 (R$1.064 em 31 de dezembro de 2020), há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT. (b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 3,66% em 31 de dezembro de 2020, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2020	34.056	27.103	61.159
Adições/Reversões	5.422	20.374	25.796
Utilizações	(30.102)	–	(30.102)
Ajuste a valor presente	1.665	1.243	2.908
Transferências	23.486	(23.486)	–
Saldo em 31/12/2021	34.527	25.234	59.761

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2019	27.397	19.747	47.144
Adições/Reversões	10.689	20.668	31.357
Utilizações	(20.335)	–	(20.335)
Ajuste a valor presente	1.711	1.282	2.993
Transferências	14.594	(14.594)	–
Saldo em 31/12/2020	34.056	27.103	61.159

Os pagamentos efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 referentes às manutenções realizadas foram de R$31.686 (R$22.411 em 31 de dezembro de 2020).

19. Patrimônio Líquido – O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 era de R$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R$1.094.734 que representava 1.656.659.368 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20/07/2021	AGE*	Dinheiro	–	–	4.850
			–	–	4.850

(*) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2019. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e de não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2021 ter apresentado prejuízo líquido.

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Receita Bruta:	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços prestados	194.853	175.726
Receita de serviços de construção	64.301	59.159
Outras receitas	896	886
	260.050	235.771
Deduções:		
ISSQN	(9.759)	(8.830)
PIS	(1.271)	(1.135)
COFINS	(5.866)	(5.235)
Outras deduções	(208)	(120)
Receita líquida	242.946	220.451

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Custos:		
Com pessoal	(15.333)	(12.287)
Serviços de terceiros	(13.417)	(16.658)
Conservação	(15.261)	(13.844)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.061)	(1.188)
Consumo	(3.390)	(3.147)
Transportes	(1.970)	(1.576)
Verba de fiscalização	(3.808)	(3.642)
Seguros/Garantias	(1.725)	(1.870)
Provisão de manutenção em rodovias	(25.796)	(31.357)
Custos de serviços da construção	(64.301)	(59.159)
Depreciação/Amortização	(98.462)	(95.109)
Outros	(168)	(331)
Total	(244.692)	(240.168)
Despesas:	31/12/2021	31/12/2020
Com pessoal	(6.924)	(6.479)
Serviços de terceiros	(1.533)	(1.662)
Manutenção de bens e conservação	(730)	(732)
Consumo	(532)	(438)
Transportes	(32)	(120)
Seguros/Garantias	(19)	(31)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	26	(1.470)
Comunicação e marketing	(182)	(93)
Indenizações à terceiros	(5)	–
Publicações legais	(171)	(173)
Depreciação/Amortização	(867)	(506)
Outros	(661)	(648)
Total	(11.630)	(12.352)

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.749	717
Créditos fiscais (a)	14	587
Atualização montária dos processos regulatórios	–	1.001
Outras receitas	5	5
Total	1.768	2.310
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(53.090)	(40.008)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.640)	(3.351)
Outras despesas	(1.086)	(897)
Total	(57.816)	(44.256)
	31/12/2021	31/12/2020
Outros resultados financeiros liquidos:		
Variação cambial líquida	(44)	(89)
Total	(44)	(89)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$53.090, o montante de R$2.706 foi capitalizado (R$40.008 e R$2.204 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento.

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Informações suplementares

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	67.641	62.103
Total das adições de imobilizado	24	–
Juros capitalizados – financiamentos	(572)	(550)
Juros capitalizados – debêntures	(2.134)	(1.654)
	64.959	59.899
Aquisição (adições)	(64.959)	(59.899)
Fornecedores	2.972	(1.810)
Obrigações fiscais	(272)	984
Contas a pagar – partes relacionadas	(70)	1.845
Cauções contratuais	483	(272)
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(30.102)	(20.335)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(91.948)	(79.487)
Fluxo de caixa imobilizado	(24)	–
Fluxo de caixa intangível	(91.924)	(79.487)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(91.948)	(79.487)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(26.989)	(19.588)

24. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31/12/2021	31/12/2020
Básico/Diluído		
Prejuízo líquido do exercício	(45.859)	(48.702)
Número de ações durante exercício	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0266)	(0,0283)

(*) Em milhares. Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor justo	31/12/2020 Contábil	31/12/2020 Valor justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	4.674	4.674	8.757	8.757
Aplicação Financeira	Nível 2	1	8.213	8.213	5.313	5.313
Contas a receber clientes	Nível 2	2	9.996	9.996	7.843	7.843
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	701	701	180	180
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	14.858	14.858	14.674	14.674
Outros Créditos	Nível 2	2	291	291	282	282
			38.733	38.733	37.049	37.049
Passivo						
Financiamentos (**)	Nível 2	2	203.594	203.594	248.554	248.554
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	204	204	123	123
Debêntures privada – partes relacionadas	Nível 2	2	168.581	168.581	85.145	85.145
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	2.947	2.947	2.098	2.098
Debêntures (**)	Nível 2	1	155.993	202.924	171.679	192.635
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	15.826	15.826	16.292	16.292
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	330	330	309	309
Outras contas a pagar	Nível 2	2	1.673	1.673	631	631
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	1	10.771	10.771	10.080	10.080
			559.919	606.850	534.911	555.867

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (**) Vide nota 13 (***) Não escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros. A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	2.933	3.666	4.400	2.200
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(21.457)	(26.397)	(31.336)	(16.518)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(18.524)	(22.731)	(26.936)	(14.318)
TJLP	6,08%	7,60%	9,12%	7,27%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(16.233)	(19.101)	(21.970)	(13.365)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(16.233)	(19.101)	(21.970)	(13.365)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	2,64%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(1.603)	(1.869)	(2.135)	(1.338)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(1.603)	(1.869)	(2.135)	(1.338)
Juros a incorrer líquido no resultado	(36.360)	(43.701)	(51.041)	(29.021)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 03 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos

continua …

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

arteris Planalto Sul

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R$9.151 (R$7.140 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo líquido de R$45.859, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$117.894 (R$103.373 em 31 de dezembro de 2020). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**	**Valor contábil**	**Total**	**2 meses ou menos**	**2 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 4 anos**	**5 anos ou mais**
BNDES Automático		204.558	236.512	14.780	49.429	63.914	91.621	16.768
Capital de giro	10,51%	204	204	204	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	10.771	10.771	2.967	3.048	3.040	1.716	
Debêntures – CDI	10,88%	168.581	228.490	–	–		228.490	
Debêntures – IPCA	15,01%	155.993	215.003	–	41.857	52.475	120.671	–
Fornecedores e cauções contratuais		15.826	15.826	10.588	5.238	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas		2.947	2.947	2.947	–	–	–	–
Outras contas a pagar		1.673	1.673	1.673	–	–	–	–
		560.553	711.426	33.159	99.572	119.429	442.498	16.768

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	**Riscos cobertos**	**Limites de indenização**
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	73.489

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 é de R$86.608 (R$90.791 em 31 de dezembro de 2020).

29. Eventos Subsequentes – Abaixo relação de recursos recebidos oriundos da liberação parcial da 8ª e 9ª emissão de debêntures privadas, respaldada pela ata constituída em 05 de agosto de 2021 referente a emissão de R$40.000 debêntures e em 20 de janeiro de 2022 referente a emissão de R$38.000, respectivamente.

Data	**Aprovação**	**Emissão**	**Valor**	**Valor integralizado**
05.01.2022	AGE	8ª emissão	3.000	–
20.01.2022	AGE	9ª emissão	8.000	–
07.02.2022	AGE	9ª emissão	5.000	–
21.02.2022	AGE	9ª emissão	2.000	–
			18.000	–

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro
Roberto Paolini – Conselheiro
Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Conselheira

Diretoria

Andre Giavina Bianchi – Diretor Executivo de Operações
Antonio Cesar Ribas Sass – Diretor de Operações
Simone Aparecida Borsato – Diretora Econômico e Financeiro/ Diretora de Relações com Investidores
Giane Luza Zimmer Freitas – Diretora de Assuntos Regulatórios
Luiz Marcelo de Souza – Diretor de Manutenção

Contador

Fernando Vinicius de Lima – CRC SP- 305.385/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro-PR

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliamos do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Realização dos ativos fiscais diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.8 e 7 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R$ 192.098 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/F
Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8

PESTANA® LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO ON-LINE - IMÓVEL EM CURITIBA/PR
Acesse o site: leiloes.com.br e participe!
bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A., inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **17/03/22 (1º leilão) e 24/03/22 (2º leilão)**, ambas às 9h, o leilão do seguinte lote: **Lote 1 - Curitiba/PR.** Bairro Pinheirinho. Rodovia BR 116, 17.906. Cond. Res. Spazio Chardonnay. Ap. 605 (6° pav. do Bl. 3) c/ uma vaga de garagem, 81. Áreas priv.: 45,09m² (Ap.), 11,00m² (vaga). Mat. 145.646 do 8º RI local. Obs.: Imóvel com acesso pela Av. Gov. José Richa. Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF) **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 248.552,10. 2º Leilão R$ 174.072,81. COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

(51) 99537.5119 • imoveis@pestanaleiloes.com.br
Condições de Pagamento e Venda nos sites: banco.bradesco/leiloes e leiloes.com.br

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:
(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br
TRIBUNA

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Pixabay

MAIS DINHEIRO

Novo saque do FGTS pode beneficiar 40 milhões de trabalhadores

Folhapress

A nova rodada de saques do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) pode beneficiar cerca de 40 milhões de trabalhadores, segundo estimativas internas do governo obtidas pela Folha de S.Paulo. Esse é o público potencial da medida e leva em consideração o número de cotistas que têm contas com saldo no fundo de garantia. O valor a ser autorizado para saque ainda está em estudo, mas pode ficar entre R$ 500 e R$ 1.000 por trabalhador.

A definição do limite ainda depende de análises sobre a disponibilidade financeira do fundo, que precisa assegurar recursos para honrar os saques regulares (como em demissões sem justa causa ou compra da casa própria) e o orçamento para financiamentos habitacionais e de infraestrutura urbana e saneamento.

Segundo estimativas do governo, a medida deve proporcionar uma injeção de recursos superior a R$ 20 bilhões. Mas há algumas simulações em que o total liberado pode ficar perto dos R$ 30 bilhões.

A expectativa de integrantes da equipe econômica é que a nova rodada de saques seja anunciada oficialmente pelo governo nos próximos 20 dias. Uma MP (medida provisória) será editada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizando o resgate dos recursos.

Esquentando a economia

Os estudos para uma nova rodada de saques do FGTS foram anunciados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento promovido pelo banco BTG Pactual na última terça-feira.

"Há várias iniciativas que podemos ter até o fim do ano que devem ajudar a economia a crescer. Podemos mobilizar recursos do FGTS também, porque são fundos privados", afirmou. "São pessoas que têm recursos lá e que estão passando por dificuldades. Às vezes o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no FGTS. Por que não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado?", questionou.

Também na terça, novas reuniões sobre o tema foram realizadas entre os técnicos. Segundo integrantes do governo, embora o ministro tenha citado o uso do FGTS para o pagamento de dívidas e uma das principais intenções seja de fato ajudar os endividados, a tendência é que o valor seja liberado para todos os trabalhadores que tenham saldo disponível no fundo, com uso livre de acordo com as necessidades do beneficiário.

A medida é tomada enquanto os principais bancos brasileiros -como Itaú, Bradesco e Banco do Brasil- esperam que o nível de inadimplência suba gradualmente neste ano. Já há sinais dessa elevação na carteira da pessoa física.

Em 2020, o governo tomou uma medida semelhante no pacote de medidas para amenizar a crise gerada pela pandemia de covid-19 e liberou um saque emergencial do FGTS de até R$ 1.045 por trabalhador.

Segundo a Caixa, 31,7 milhões de trabalhadores (de um público potencial de 60 milhões) sacaram um total de R$ 24,2 bilhões naquele ano. O resgate dos recursos foi opcional, e uma parte dos trabalhadores preferiu manter saldos em conta.

Na época, o valor máximo do resgate era o equivalente a um salário mínimo. Hoje, o piso nacional está em R$ 1.211. Segundo fontes do governo, é pouco provável que o novo valor chegue a R$ 1.000.

Em 2021, o governo continuou estudando novas rodadas de liberação. Conselheiros do FGTS que representam empresários e integrantes do governo, no entanto, se posicionaram contra a medida na época.

O argumento foi que uma ação desse tipo poderia comprometer a sustentabilidade do fundo, que, segundo eles, sofria com limitações.

Durante o ano passado, a interpretação final foi que era preciso dar tempo para o fundo se recapitalizar e cumprir todos os seus compromissos antes de lançar uma nova rodada de saques extraordinários.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria de Construção), José Carlos Martins, se manifestou contra a proposta de uma nova rodada de saques em 2022.

O setor de construção usa os recursos do FGTS como fonte de financiamento mais barata para bancar projetos na área habitacional.

"Opta-se em usar o FGTS como complemento de renda ao invés de usá-lo para gerar bem-estar social, emprego e renda", disse Martins.

Ainda está em estudo pelo governo ampliar a possibilidade de usar o FGTS como garantia em operações de microcrédito para o trabalhador, segundo membros do governo ouvidos pela Folha.

Os valores dos empréstimos variam de R$ 1.000 a R$ 2.000 por pessoa nas discussões, lideradas neste caso pelo Ministério do Trabalho e da Previdência.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

CONDOMINIO EDIFÍCIO GARAGEM AUTOMÁTICA REQUIÃO
Rua Dr. Muricy, 400 – Centro – Curitiba Paraná
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Na qualidade de síndico desse condomínio, convoco os Srs. Condôminos em dia com as obrigações condominiais, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se:
No próximo dia 02 de Março de 2022 – Quarta-Feira
Em primeira convocação às 17:00 horas
Com a presença de pelo menos 50% dos votos totais validos.
Em segunda convocação às 17:30 horas
Com qualquer número de participantes.
Local: Rua Dr. Pedrosa, 475 – Centro – Curitiba – Paraná
ORDEM DO DIA:
- Prestação de Contas do Período de Março/2021 a Fevereiro/2022;
- Eleição de Síndico para o período de Março/2022 a Fevereiro/2024;
- Demais assuntos de interesse do condomínio.

É licito os senhores condôminos (Proprietários) se fazerem representar na assembleia ora convocada por procuradores, munidos com procurações específicas, **com firmas reconhecidas**, que devem ser apresentadas antes do início da assembleia.
A ausência dos senhores condôminos não desobrigam em aceitarem como tácita concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados.
Os condôminos em atraso nos pagamentos de suas taxas não poderão votar nas deliberações.

Nilson Serrato
Síndico

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign 8f64055c-6f95-439e-a51f-af92f3516c12 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.